

Trabalho de Graduação
Curso de Graduação em Geografia

**A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO DESENVOLVIMENTO DO
MUNICÍPIO DE RIO CLARO-SP: ECONOMIA E CULTURA
(1870-1950)**

ADRIANO CARLOS MEIRELLES

PROFA.DRA. BERNADETE APARECIDA CAPRIOGLIO DE CASTRO

Rio Claro (SP)

2016

325.181 Meirelles, Adriano Carlos
M514i A imigração italiana no desenvolvimento do município de
Rio Claro-SP : economia e cultura (1870-1950) / Adriano
Carlos Meirelles. - Rio Claro, 2016
97 f. : il., figs., tabs., fots., mapas

Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia)
- Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e
Ciências Exatas
Orientadora: Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro

1. Brasil - migração. 2. Imigração italiana. 3.
Desenvolvimento. 4. Rio Claro. 5. Geografia. 6. Economia. 7.
Cultura. I. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

ADRIANO CARLOS MEIRELLES

**A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO DESENVOLVIMENTO DO
MUNICÍPIO DE RIO CLARO - SP: ECONOMIA E CULTURA
(1870-1950)**

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências
Exatas - Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de
Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP
2016

ADRIANO CARLOS MEIRELLES

**A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO DESENVOLVIMENTO DO
MUNICÍPIO DE RIO CLARO - SP: ECONOMIA E CULTURA
(1870-1950)**

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências
Exatas - Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de
Bacharel em Geografia.

Comissão Examinadora

(orientador)

Rio Claro, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) aluno(a)
orientador(a)

assinatura do(a)

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus, porque sem ele nós não somos nada.

Agradecer a minha amada esposa Daiane que sempre me apoiou, e esteve ao meu lado nos momentos difíceis.

A minha amada mãe Jaci, por me corrigir e apoiar nas decisões da vida, me incentivando, estando sempre ao meu lado também, em muitos momentos difíceis.

Agradecer ao meu pai Fernando, minha tia Tida, meu sogro José, minha sogra Sirlei, minha cunhada Giane e cunhado Anderson por todo apoio nos momentos em que precisei.

Agradeço a todos os funcionários da Unesp, que sempre me trataram com respeito e boa vontade.

Por fim agradeço a minha excelente coordenadora Bernadete Caprioglio que sempre me apoiou, incentivou, ajudando a transformar este estudo em realidade.

***Porque sou eu que conheço os planos
que tenho para vocês' diz o Senhor,
'planos de fazê-los prosperar e não
de causar dano, planos de dar a
vocês esperança e um futuro.
(Jeremias 29:11)***

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 - Mapa da Unificação Italiana.....	12
FIGURA 02 - Mapa de emigrantes para o Brasil por província.....	13
FIGURA 03 - Rua da Samambaia: via de passagem de viajantes e tropeiros..	19
FIGURA 04 - Cadeia e casa de Câmara.....	21
FIGURA 05 - Mapa de localização de Rio Claro - SP.....	22
FIGURA 06 - Imigrantes na colheita de café.....	24
FIGURA 07 - Antiga estação da Companhia Paulista.....	40
FIGURA 08 - Engenheiros e funcionários da Cia. Rio Claro.....	42
FIGURA 09 - Vista da Cia. Paulista.....	43
FIGURA 10 - Vista da Igreja Matriz.....	45
FIGURA 11 - Rua 3, Av. 8 e 10.....	49
FIGURA 12 - Armazém Afonso Inforzato.....	51
FIGURA 13 - Casa Castellano.....	52
FIGURA 14 - Almanak Laemmert sobre os comércios de Rio Claro.....	55
FIGURA 15 - Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo.....	56
FIGURA 16 - Vista aérea de Rio Claro na década de 1950.....	57
FIGURA 17 - Antigo Paço Municipal.....	58
FIGURA 18 - Fachada da Sociedade Italiana.....	59
FIGURA 19 - Anjo da Concórdia perspectiva frontal.....	60
FIGURA 20 - Anjo da Concórdia com vista geral.....	61
FIGURA 21 - Igreja e Praça da Santa Cruz.....	62
FIGURA 22 - Colégio Arthur Bilac.....	63
FIGURA 23 - Inauguração do Velo Clube Rioclarense.....	64
FIGURA 24 - Time do Velo de 1923.....	65
FIGURA 25 - Sede da Rádio PRF- 2.....	66

FIGURA 26 - Cine Tabajara.....	67
FIGURA 27 - Tela “O samba no largo São Benedito” de 1923.....	68
FIGURA 28 - Antonio Carlos.....	70
FIGURA 29 - Antonio Carlos na sua fazenda em Colorado - PR.....	72
FIGURA 30 - Trabalhadores na Fazenda em Jaquapitã - PR.....	73
FIGURA 31 - Carteira de habilitação de Antonio Carlos.....	74
FIGURA 32 - Certidão de nascimento de Angelo Palazzo.....	76
FIGURA 33 - Jamir Palazzo em frente à Casa Palazzo.....	77
FIGURA 34 - Família Palazzo.....	78
FIGURA 35 - Fachada da antiga Casa Palazzo.....	79
FIGURA 36 - Maurício Timoni.....	80
FIGURA 37 - Tereza Timoni.....	81
FIGURA 38 - Prédio original da antiga selaria e fábrica de chinelos Timoni.....	82
FIGURA 39 - Prédios onde funcionava o antigo curtume de Mauro Timoni.....	83
FIGURA 40 - Fachada da Casa Timoni.....	84
FIGURA 41 - Anúncio publicitário, setembro de 2016.....	85
FIGURA 42 - A diretoria da ACIRC em 1937.....	86

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Atividades e Número de estabelecimentos.....35

TABELA 2 - Imigrantes saídos da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo
com destino a Rio Claro, por Nacionalidade e Sexo: 1896 – 1900.....47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. A CIDADE DE RIO CLARO E A IMIGRAÇÃO.....	18
1.1. ORIGENS DO MUNICÍPIO DE RIO CLATO	18
1.2. DO REGIME DE COLONATO NAS FAZENDAS DE CAFÉ.....	22
1.3. FIRMA VERGUEIRO E O TRABALHO LIVRE.....	26
2. A CIDADE E O CONTEXTO REGIONAL NO SÉCULO XIX.....	34
3. A INFLUÊNCIA DOS IMIGRANTES ITALIANOS NA VIDA URBANA DA CIDADE DE RIO CLARO.....	47
3.1. CULTURA, CATOLICISMO E ESPORTE.....	57
4. FAMÍLIAS ITALIANAS E A CIDADE.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS.....	89
ANEXO I: TERMO DE ANUÊNCIA PRÉVIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO.....	94

RESUMO

Na segunda metade do século XIX, o Brasil recebeu um gigantesco número de imigrantes europeus, principalmente portugueses, espanhóis e italianos. Na região sul e sudeste a imigração italiana foi a grande alternativa para substituir a mão de obra escrava que já estava diminuindo desde 1850 com a proibição do tráfico negreiro. O estado de São Paulo recebeu a maior parte das famílias de imigrantes italianos que foram trabalhar na colheita do café principalmente, no sistema que ficou conhecido por colonato. Algumas famílias ou italianos solteiros partiam para cidade depois de algum tempo. Em Rio Claro a consequência do processo de imigração trouxe influências significativamente positivas para a cidade, devido à combinação café-ferrovia-imigrante que alavancava o crescimento e desenvolvimento.

Nesse estudo abordaremos as questões históricas da imigração para Rio Claro, analisando o contexto local e regional da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. Enfatizando o que as famílias italianas principalmente, representaram, quais foram as contribuições, o legado deixado no desenvolvimento social, econômico, cultural, esportivo, educacional e religioso.

Palavras chave: imigração, café, ferrovia, Rio Claro, italianos.

ABSTRACT

In the second half of the nineteenth century, Brazil received a huge number of European immigrants, mostly Portuguese, Spanish and Italian. In the southern and southeastern Italian immigration was the great alternative to replace the slave labor that was already decreasing since 1850 to ban the slave trade. The state of São Paulo received most of the Italian immigrants's families who were working in the coffee harvest mainly in the system that became known as settlement. Some families or single Italians moved to the city after some time. In Rio Claro the consequence of the immigration process has brought significant positive influence to the city due to the combination coffee-railroad-immigrant which leveraged its growth and development.

This study will address the historical issues of immigration to Rio Claro, analyzing the local and regional context of the second half of the nineteenth century and the first half of the twentieth century. Emphasizing that the Italian families mainly represented what the contributions were, the legacy left in the social, economic, cultural, sportive, educational and religious

Key-Words: immigration, coffee, railroad. Rio Claro, italian.

INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XIX a Europa passava por problemas econômicos e sócios culturais basicamente, e emigrar era uma ação muito praticada no continente europeu. Conseqüentemente aliviava os países de pressões socioeconômicas, pois os parentes que ficavam receberiam recursos vindos dos países dos emigrados.

Na Itália não era diferente, entre 1860 a 1920 saíram do país cerca de 7 milhões de italianos rumo a outros países da Europa, Estados Unidos, Brasil, Argentina em sua maioria.

A Itália passou por um processo de lutas de mais de 20 anos no século XIX para a unificação do país, Pignataro relata sobre:

Na Itália após lutas milenárias, pelo desejo, pela bravura de seus filhos, pela atividade não somente do povo, que ansiava libertar-se do jugo estrangeiro, mas também dos intelectuais, grandes poetas nacionais e escritores famosos, as vozes se erguiam para tornar o país livre; em 20 de setembro de 1870, finalmente, a Itália se tornou independente, com a unificação, e seu povo assistiu à entrada das tropas vitoriosas em Roma. Como acontece depois de lutas, revoluções e guerras, o Estado e o Governo Italianos tinham a responsabilidade de restaurar as finanças do país, de fortalecer a economia de muitas regiões, de reerguê-las. O trabalho era difícil por causa da pobreza de várias cidades, aldeias, regiões (PIGNATARO, 1982, p. 03).

Depois da unificação em 1870, “fruto de imensos sacrifícios e do heroísmo de seus filhos, as condições do país eram precárias, a crise intensa” (PIGNATARO, 1982, p.11). A Itália estava entre os países pobres, com excesso de população e falta de terras cultiváveis. Isso provocava um desequilíbrio na oferta e procura de mão de obra, pois a oferta era maior que a procura, ao contrário do que acontecia nos Estados Unidos, Argentina e Brasil. Esses fatores mais a obrigatoriedade do serviço militar para jovens italianos foram a motivação para milhares de italianos emigrarem.

Ianni (1963) contradiz a ideia que a miséria e a emigração é devido ao excesso de população na Itália, e alerta que essas afirmações são uma mentira em que o povo italiano estava sendo vítima. Também observa que a Sardenha

(com exceção do Vale de Aosta) era uma região menos densamente povoada e que nem por isso era rica.

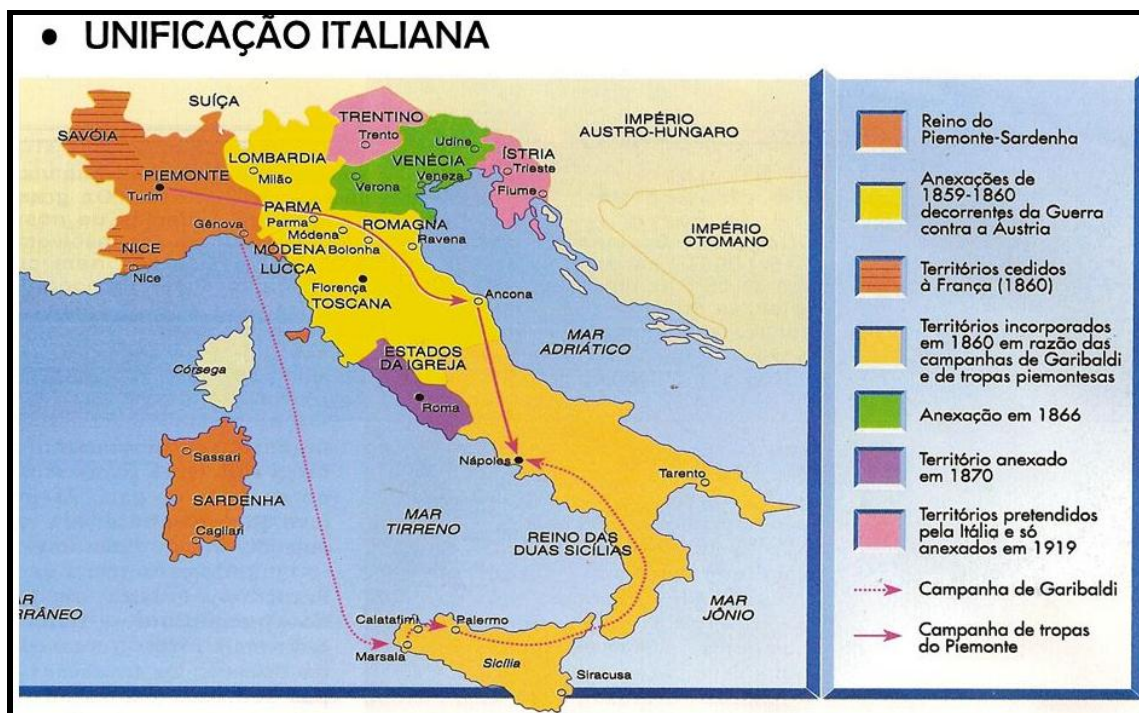


FIGURA 1- Mapa da Unificação Italiana.

Fonte: <http://fazendohistorianova.blogspot.com.br/2014/09/congresso-de-viena-e-unificacoes.html>.

Mas o que importa é que a emigração não impediu o aumento da população, e nem com ela ou depois dela se resolveram os problemas que impelem a emigrar ou são considerados causas irremovíveis da emigração. No conjunto, a expatriação de cerca de 24 milhões de habitantes de 1869 a 1962 – o que equivale a uma média anual de menos de 260.000 – inclusive permanentes e temporários, não impediu que a população italiana aumentasse de perto de 25 milhões em 1861 para 32,5 milhões em 1900, 40 milhões em 1927, 48 milhões em 1954 e cerca de 50 milhões em 1962. No entanto, não se pode dizer que a Itália fosse mais rica, nem que o povo italiano vivesse melhor em 1861, quando a densidade demográfica era de apenas 88 habitantes por quilômetro quadrado, contra quase o dobro atualmente. Assim, o problema da população não pode ser isolado dos outros fatores: disponibilidade de capitais ou capacidade de mobilizá-los e de usá-los, estado da tecnologia, estrutura político-social do país e assim por diante. É falsa, pois, a colocação oficial do problema demográfico italiano, certamente destinada, sobretudo no exterior, a comover a opinião pública para satisfazer a “fome de emigração” dos grupos econômicos que desfrutam os benefícios da expatriação em massa (IANNI, 1963, p. 49).

Dentre as regiões da Itália que saíram o maior número de pessoas à procura de trabalho na América, destacam-se a Abruzzi, Basilicata, Campania, Liguria, Marche, Molise, Sicília, Umbria, Veneto, entre outras.



FIGURA 2 – Mapa de emigrantes para o Brasil por província.

Fonte: IBGE.

A região de Vêneto foi a que saiu a maior quantidade de pessoas, cerca de 30% do total. Eles eram mais loiros que a maioria dos italianos, possuíam mais recursos financeiros que os imigrantes do sul, pois eram pequenos

proprietários, arrendatários ou meeiros e a possibilidade de acesso à terra era um estímulo para emigrar. No sul eram geralmente camponeses que não dispunham de nenhum recurso financeiro, eram morenos, mais pobres e rústicos e chamados de braccianti (trabalhadores).

Nesse período pós unificação principalmente, segundo IANNI, 1963 “a posição especial da emigração no quadro geral da vida italiana não pode ser bem compreendida sem que se tenham em conta os variados interesses que a envolvem”. Esses interesses nem sempre são “transparentes”, pois existiam acordos entre país de imigração e país de emigração que faziam acordos de interesses obscuros a opinião pública. Da mesma forma grupos de especuladores aproveitavam as oportunidades para ganhar dinheiro com esses fluxos de trabalhadores que muitas vezes também eram influenciados pela formação de novos núcleos coloniais. IANNI (1963). Portanto:

Lindas descrições, relatos atraentes dos países que a imaginação entreviu; quadros pintados de modo parcial e inexato, em que a realidade é por vezes deliberadamente falseada, cartas ou informantes sedutores e fascinantes de amigos, de parentes; a eficácia de tantos prospectos de propaganda e também, sobretudo, a atividade infatigável dos agentes de emigração, mais empenhados em recheiar os próprios bolsos do que em suavizar a existência do pobre...- tudo isso e mais alguma coisa contribuiu para que a questão da emigração atingisse um grau verdadeiramente doentio, tornando-se uma legítima febre de emigração que já contaminou muita gente. E assim como a febre física dissipa-se a reflexão tranquila, o juízo claro, coisa parecida ocorre nas febres de emigração. Aquele a quem ela contagiou, sonha com o país idealizado durante o sono e durante a vigília, no trabalho e no descanso; agarra-se a prospectos e folhetos que tratam do seu tema favorito, dando-lhes o maior crédito (em regra, porém, quando afagam as suas aspirações). Ao mesmo passo, no entanto, desprezam geralmente as advertências e conselhos dos homens sensatos e, logo que se ofereça oportunidade, decidem-se com frequência a realizar os seus projetos até o dia em que – quantas vezes! – nada restará senão confessar o triste engano (DAVATZ, 1980, p. 47-48).

Especificamente os imigrantes que partiram da Itália para o Brasil, no período da imigração subvencionada, se estabeleceram nos estados do Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e também nas fazendas de café no interior de São Paulo. Na cidade do Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades brasileiras uma terceira parte de imigrantes fixou-se,

advindos de reemigração de outros países, abandono do trabalho nas fazendas ou mesmo burlavam a vigilância e não seguiam para o interior para trabalhar nas fazendas de café.

Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná tinham recebido verdadeiros colonos, isto é, imigrantes que entravam imediatamente na posse da terra e passavam a ser pequenos proprietários rurais, gozando de favores especiais e vivendo sob um regime que nada tinha com o latifundiário. Em São Paulo, a imigração processou-se de maneira inteiramente diferente, pois, como vimos, não houve colonização, a princípio, mas simples importação de braços para substituir o mais depressa, e de qualquer forma, o braço escravo (CENNI, S.D, p. 181).

Entre 1819 e 1947 entraram no Brasil 1.513.151 de imigrantes italianos, a maior quantidade de imigrantes, seguido de 1.462.117 portugueses e em terceiro lugar os espanhóis com 598.802. Esses dados mostra a importância da imigração italiana que se inseriu na economia, cultura e política brasileira com grande ênfase.

No estado de São Paulo entre 1877 e 1914 chegaram 845.816 imigrantes italianos, que vinham em sua maioria com famílias já constituídas, para trabalhar nas lavouras de café. Em segundo lugar aparecem os espanhóis com 293.916 imigrantes e terceiro os portugueses com 260.533.

Os italianos foram chegando aos poucos em Rio Claro com a constante demanda por trabalhadores nos cafezais. Entre os anos de 1886 a 1900 o número de imigrantes italianos que saíram da hospedaria dos imigrantes na cidade de São Paulo com destino a Rio Claro foi de 9314, desse total, 5138 do sexo masculino e 4176 do sexo feminino (faltam dados para 1896-94). De 1901 a 1920 o número de imigrantes italianos que saíram da hospedaria com destino a Rio Claro foi de 3117 e de 1921 a 1930 foi de 1000 imigrantes. Para Bassanezi:

De um modo geral, resguardadas as proporções, o movimento migratório em direção a Rio Claro acompanhou o do Estado de São Paulo como um todo. Portanto, o maior contingente de imigrantes chegado a Rio Claro, então, era composto por italianos (BASSANEZI, 1992, p. 40).

A soma de todos esses fatores estabeleceu Rio Claro na rota da imigração devido as fazendas de café, portanto um dos grandes centros receptores de italianos que vinham na busca do grande sonho de prosperidade. Esse estudo tem como objetivo analisar a relação entre a imigração italiana, as fazendas de café e a ferrovia, possibilitando entender as variáveis que se formaram nessa tríade. Consequentemente tem por objetivo específico descrever todo o crescimento e desenvolvimento: populacional, econômico, industrial, comercial, político, educacional, religioso que transformaram o município de Rio Claro em um dos mais importantes da região no período estudado.

As informações necessárias para realização deste trabalho foram obtidas através de pesquisa no Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (periódicos, livros, fotos, documentos iconográficos, artigos de jornal e documentos diversos; na biblioteca Pública Municipal “Centro Cultural” (livros); na Biblioteca Pública Municipal “Lenyra Camargo Fracarolli” (livros), ambas em Rio Claro; na Biblioteca da Universidade Estadual Paulista - Unesp do campus de Rio Claro (livros, teses, monografias, periódicos. Banco de dados de Universidades Públicas Estaduais e Federais que possuem teses para download, sites de instituições públicas. Arquivo Pessoal de Antonio Carlos Marques Palazzo (documentos da família e fotos); Arquivo Pessoal de Sergio Luiz Timoni Rodini (fotos e material publicitário); Arquivo Pessoal de Adriano Carlos Meirelles (fotos e documentos da família).

A metodologia utilizada está baseada na história social no sentido de compreender as experiências de pessoas ou grupos num dado contexto, no caso estudado, na formação histórica da cidade de Rio Claro. Partindo da pesquisa sobre o desenvolvimento urbano da cidade, os imigrantes tiveram destaque na sua economia e participação social, tratando-se aqui das famílias italianas. Foram coletadas entrevistas de modo a auxiliar na compreensão da história local. Como argumenta Martins (2004), quando trata da pesquisa qualitativa:

...a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la. Se há uma característica que constitui a marca dos métodos qualitativos ela é a flexibilidade, principalmente

quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita. (MARTINS, 2004, p. 292)

A história social contribui para o estudo dos processos de desenvolvimento de uma sociedade baseando-se nos sujeitos que fazem a história, que participam na condição de classe e permitem compreender sua ação cotidiana. Não é apenas uma história dos fatos, mas da ação dos sujeitos dentro de sua cultura e das relações sociais de produção (FENELON, 2014).

Foram realizadas entrevistas com representantes de três famílias de descendentes de italianos que relataram a história dos seus avôs e bisavôs oriundos do velho continente. O primeiro entrevistado foi Antonio Carlos Marques Palazzo que concedeu entrevista em seu ambiente de trabalho no Departamento de Tecnologia da Informação, localizado no Câmpus da Bela Vista da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro - SP no dia 05 de setembro de 2016. Sergio Luiz Rodini Timoni, um dos proprietários da Casa Timoni, foi o segundo descendente a ser entrevistado no dia 13 de setembro de 2016 em seu ambiente de trabalho. Meu último entrevistado foi Valdir Pavan que me recebeu em sua residência no dia 25 de setembro de 2016 para realizar a entrevista.

1. A CIDADE DE RIO CLARO E A IMIGRAÇÃO

1.1. ORIGENS DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO-SP

Em meados do século XVIII, em 1718 mais precisamente, a ocupação da área de Rio Claro foi acelerada pela descoberta do ouro no Mato Grosso, lugar extraordinariamente remoto e inacessível, onde os paulistas com o objetivo de alcançar essa região utilizavam-se de dois percursos: o primeiro via navegação em grandes comboios pelo rio Tiete até a bacia do Paraná, uma vez por ano e outro por terra desde a cachoeira do Piracicaba, através de campos de elevações suaves.

O Almanak de São João do Rio Claro para 1873 traz informações sobre a fundação da cidade, descrevendo como ela se formou, segundo Molina:

Da segunda metade do seculo XVIII, tão notavel em Portugal e nas colonias pela administração do marquez de Pombal, datam as primeiras noticias que temos de população na comarca do Rio Claro. A villa de Mogy-mirim, já elevada a essa cathegoria em tempo do marquez de Pombal, (1770) as de Itú e Porto Feliz, mais antigas, mandaram os primeiros povoadores á actual comarca do Rio Claro, cujo terreno pertencia parte ávilla de Mogy-mirim, e parte á de Itú, e no presente seculo á de Porto Feliz. Campinas, hoje ponto de transito para todo o commercio de Limeira e Rio Claro, então era um pequeno povoado, cujo districto não ultrapassava o rio Atybaia, e que jamais possui terreno algum na actual comarca do Rio Claro. Em fins do seculo passado estabeleceram-se os primeiros posseiros no actua lmunicipio do Rio Claro; homens com poucos meios de fortuna, acostumados ao trabalho difficil da lavoura em mattas virgens, foram os verdadeiros introductores da cultura e da civilisação no terreno então inculto que se estende além do rio Piracicaba (MOLINA, 1873, p. 47-48).

Rio Claro era um lugar de descanso para os tropeiros e as mulas, antes de iniciar a subida das escarpas bastante fortes rumo ao Mato Grosso. Se originou como uma série de embriões urbanos na região, “se desenvolveu na borda interna da depressão periférica paulista, a partir de caminhos transversais com início em Campinas, Itu e Sorocaba” (Hogan, 1986, p. 6-7). De acordo com Dean:

A cerca de 30 quilômetros ao norte, os viajantes encontravam uma série de escarpas de 200 metros de altitude, que marcavam o início de outro degrau do planalto. Ao norte e oeste estes penhascos são contínuos e difíceis de atravessar, mas no meio existe uma passagem mais baixa e erodida, com apenas algumas elevações que levam nomes como Morro Guarita e Morro Pelado. Um caminho aberto entre 1719 e 1727, depois abandonado e reaberto entre 1765 e 1775. Seria natural que condutores de mula escolhessem um local para descansar antes de dar início à cansativa subida que os esperava. A parada em Ribeirão Claro provavelmente não passava de um abrigo coberto de folhas à beira de um riacho que cortava a várzea e que é hoje uma praça no bairro chamado Santa Cruz. Ali foi construída a primeira capela da região (DEAN, 1977, p. 21).



FIGURA 3 - Rua da Samambaia: via de passagem de viajantes e tropeiros.

Fonte: Acervo do Arquivo Público e histórico de Rio Claro.

Alguns dos arrieiros transformaram - se em comerciantes, pois as tropas de mulas necessitavam de suprimentos, começando então um comércio irregular de artigos de primeira necessidade que progrediu lentamente e atendeu por cem anos uma população dispersa.

Nessa época Rio Claro se tornou conhecida como boca do sertão, devido a existir depois dele o Sertão de Araraquara que começava no planalto e os habitantes o consideravam como realmente desabitado.

Em 1820 decidiram erguer uma capela curada (capela de São João Batista) na região de Morro azul, essa área que era chamada de patrimônio de São João Batista, compreendia 400 braças de terra em quadrado e os seus limites corresponde hoje pela atual avenida 1, desde a Rua 3 até a Rua 12, e daí pelas avenidas ímpares. Foi posteriormente doada por Manuel Afonso Taborda e seu sogro Manuel Paes de Arruda. Em 10 de junho de 1827 a capela foi inaugurada. Hogan afirma que:

A fase mais representativa do povoamento dessa região só ocorreu por volta de 1817 a 1821. Neste período intensificaram-se as concessões de sesmarias, antes que esse sistema de doações fosse extinto em 1822. As antigas fazendas da região tiveram sua origem na divisão das antigas sesmarias, como é o caso da sesmaria de Morro Azul desmembrada nas fazendas Ibicaba, Morro azul, Santa Gertrudes e Paraguaçu (HOGAN, 1986, p. 07).

Em 1830 o pequeno povoado de 2000 habitantes desmembra-se da povoação de Constituição (atual cidade Piracicaba) e em 9 de dezembro de 1830 São João do Ribeirão Claro, como era chamado antes de 1905 é elevado a Freguesia. Dean aponta que:

Em 1835 o Município contava com 60 domicílios que se ocupavam de atividades não agrícolas no centro da vila, dos quais 23 dedicavam-se ao comércio, 19 à construção, 15 a ofícios diversos. Outros 35 declararam ganhar a vida como jornaleiro, pagos por dia, trabalhando possivelmente na agricultura (DEAN, 1977, p. 36-37).

São João Batista do Ribeirão Claro em 7 de março de 1845 passou de Freguesia a Vila através da lei número 13 ou 273 trazendo um pouco mais de autonomia para o vilarejo. Em 9 de novembro do mesmo ano formou-se a primeira Câmara Municipal reunindo os vereadores eleitos conforme registro da 1ª Ata. Apresentava um ligeiro desenvolvimento urbano que cresceu nos anos posteriores, pois segundo Santos:

Em meados do século XIX, seu espaço era constituído por ruas, praças, como as da Matriz, do Jardim, da boa Morte, da Várzea e da Santa Cruz. Na sua maioria, as casas eram constituídas de pau-a-pique e a maioria seus próprios poços nos quintais. A poeira era comum nas ruas, incomodando nos dias secos, enquanto nos dias chuvosos formavam-se poças d'água de modo que a lama atolava os pés dos transeuntes (SANTOS, 2015, p. 30).

Somente em 30 de abril de 1857, devido a lei número 44 ou 595 é que São João Batista do Ribeirão Claro é elevada de Freguesia a Cidade, efetivando um velho desejo de seus habitantes. Dois anos depois é promovida a sede de Comarca. De 1836 a 1870 surgem 35 novos quarteirões entre as avenidas 2 e 12 e ruas 2 e 8, um acentuado crescimento urbano. Hogan(1986)

No período de 1871 a 1881, o progresso é contínuo. Surgem mais sete quarteirões novos (Av. 5 e 6 Ruas 2 e 3 e ainda Av. 4 e 7, Ruas 8 e 10). Nos quatro anos seguintes (1882 a 1886) o crescimento torna-se marcante, com o surgimento de mais 26 quarteirões ao redor do núcleo já existente e também surge, próximo ao leito da ferrovia, a Vila Alemã (GARCIA, 1992, p. 27).



FIGURA 4 - Cadeia e casa de Câmara.

De 1887 a 1900 o desenvolvimento urbano é contínuo, nesse últimos treze anos do século XIX, a cidade expande em setenta e um quarteirões, e esse novo espaço urbano envolve o já existente. Dois quarteirões surgem atrás da estação da estrada de ferro, junto ao pátio de manobras, sendo que estes

passam a ser o embrião da Cidade Nova (Garcia, 1992, p.28 apud Troppmair, 1979, p. 83)

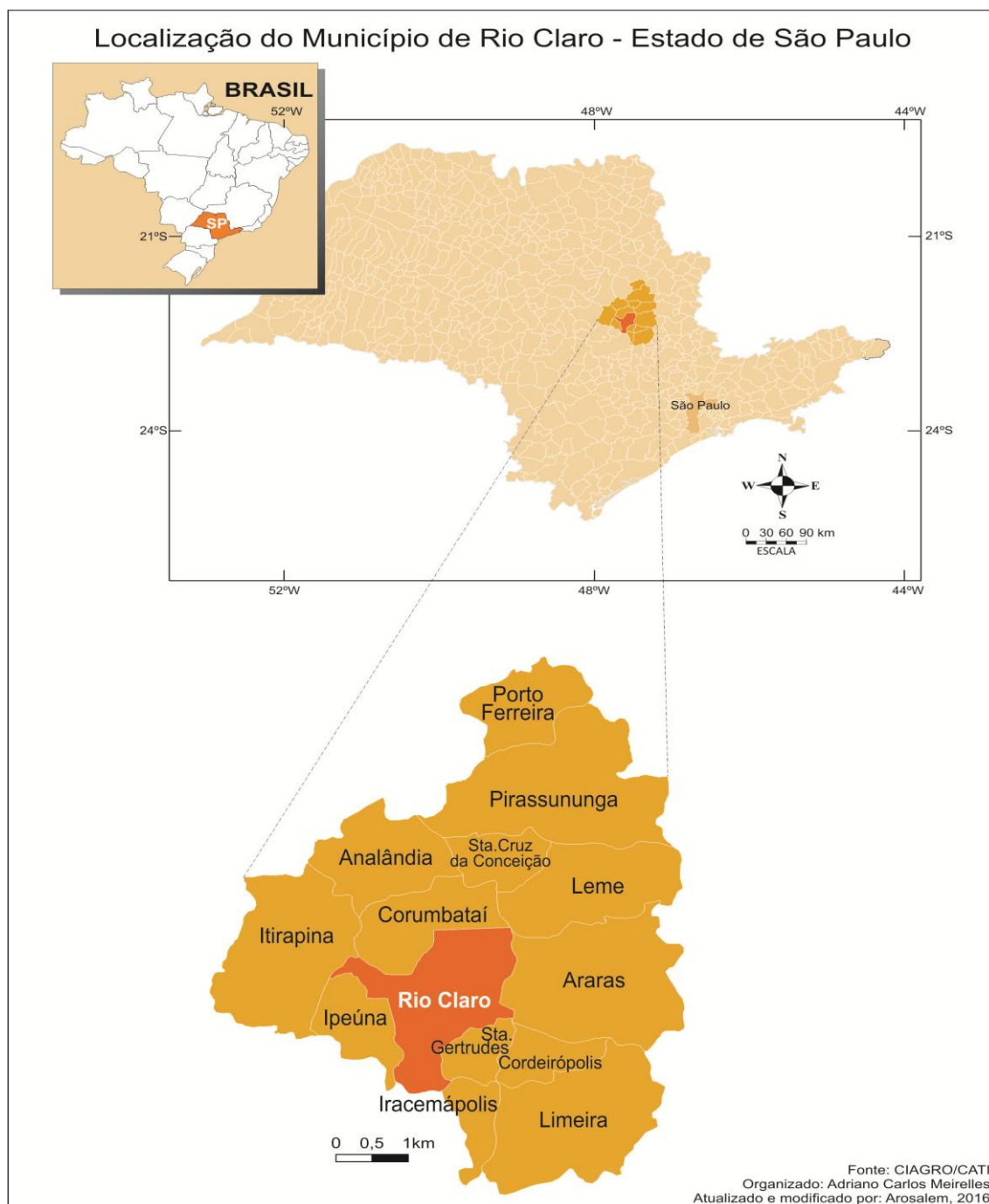


FIGURA 5 - Mapa de localização de Rio Claro - SP.

1.2. DO REGIME DE COLONATO NAS FAZENDAS DE CAFÉ

Com a proibição do tráfico de escravos para o Brasil através da lei Eusébio de Queiróz em 1850, começa uma crise que vai se agravar por

meados de 1870 com a escassez de mão de obra escrava, e vai culminar em 13 de maio de 1888 com a abolição da escravatura. A partir desse fato o governo Brasileiro começa a incentivar a vinda de mão de obra europeia para atender uma demanda crescente por trabalhadores para atuar principalmente nas lavouras de café no estado de São Paulo.

No Brasil, particularmente em São Paulo, a transição do escravismo para o trabalho assalariado se deu de modo planejado, controlado e relativamente lento, um processo de quase 40 anos, por iniciativa dos próprios fazendeiros de café. Através da figura de Antônio da Silva Prado, ministro do Império, foram eles que propuseram no Parlamento o fim da escravidão no formato que assumiu entre nós, como transição para o trabalho livre, mas não necessariamente para o trabalho assalariado no campo. Esses fazendeiros, que passavam temporadas anuais na Europa culta e desenvolvida e até mandavam seus filhos estudar nas universidades americanas e europeias, não raro já eram também investidores em empreendimentos do transporte ferroviário, do comércio, das finanças e da indústria, o que revestiu aqui o processo do capital de singularidades históricas que o diferenciam substantivamente do modelo de referência da literatura histórica e sociológica (MARTINS, 2010, p. 23-24).

Grande parte dos imigrantes em sua maioria era de origem italiana, que vinham com suas famílias almejando se tornar proprietários de terra, já que a Itália passava por crise econômica. O sonho de ter uma vida melhor e o incentivo governamental fazia com que os motivassem a emigrar para outro país.

O país selecionaria a dedo, de seus agentes na Europa, o imigrante pobre, desprovido de meios, que chegasse ao Brasil sem outra alternativa senão a de trabalhar em latifúndio alheio para um dia, eventualmente, tornar-se senhor de sua própria terra (MARTINS, 2010, p. 09).

Os colonos como eram chamados devido ao sistema de colonato implantado nas fazendas, trabalhavam com sua família, e esse sistema é apontado de maneira geral por Martins:

No colonato, o trabalhador se engajava com sua família e não como trabalhador avulso, a não ser para determinadas tarefas complementares do trabalho do colono propriamente dito. Recebia o cafezal formado e seu trabalho consistia em tratá-lo, fazer as carpas necessárias, mantê-lo limpo e colher o café. Recebia um pagamento anual pelo trato do cafezal, por lotes de mil pés de café tratados (um adulto geralmente tratava de

dois mil pés de café) e outro pagamento para 50 litros de café colhidos por sua família (Martins, 2010, p. 105).



FIGURA 6 - Imigrantes na colheita de café.

Fonte: IBGE.

As relações de trabalho no colonato eram de origem pré-capitalista, pois os colonos não recebiam salários pelo trabalho realizado na fazenda. Eram trabalhadores livres, na qual, contratados para cuidar de determinado número de pés de café com sua família recebiam por produção ou safra. Segundo Martins:

Nesse sentido, o que me proponho a fazer neste capítulo é analisar o processo de constituição da força de trabalho e das relações de produção que se definiu como a crise do escravismo no final do século XIX. Essa crise deu lugar a um regime de trabalho singular, que ficou conhecido como regime de colonato, como mencionei, que abrangeu a cultura do café,

mas que também alcançou a de cana-de-açúcar em São Paulo. Ele não pode ser definido um regime de trabalho assalariado, já que o salário em dinheiro é, no processo capitalista de produção, a única forma de remuneração da força de trabalho. Isso porque o colonato se caracterizou, como se verá em detalhe mais adiante, pela combinação de três elementos: um pagamento fixo em dinheiro pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional em dinheiro pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos, como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador, portanto, um componente camponês pré-capitalista na relação laboral. Além do que o colono não era um trabalhador individual, mas um trabalhador familiar, modo camponês de trabalhar, estranho ao mundo do assalariamento e aos requisitos de sua efetivação. É, porém, a produção direta dos meios de vida, com base nesse trabalho familiar, que impossibilita definir essas relações como relações propriamente capitalistas de produção (MARTINS, 2010, p. 35-36).

O escravo representava renda capitalizada e também garantia de financiamento para as lavouras, onde o fazendeiro tinha que investir seus recursos para obter mão de obra, comprando os escravos dos traficantes. A Coroa lucrava com o comércio de escravos, pois cobrava tributos dos traficantes. A partir de 1850 as relações de trabalho começaram a mudar com a chegada de trabalhadores livres imigrantes assalariados entre eles em sua maioria: alemães, suíços. E trabalhadores livres assalariados de outras regiões do Brasil patrocinados pelos fazendeiros da Província São Paulo.

O principal capital do fazendeiro estava investido na pessoa do escravo, imobilizado como renda capitalizada, isto é, tributo antecipado, em relação à produção, ao traficante de negros, com base em mera probabilidade de ganho futuro sobre mercadoria viva e de risco. O fazendeiro comprava a capacidade de o escravo criar riqueza, mas para que a criasse tinha que comprar também a pessoa perecível do cativo, coisa exatamente oposta à do trabalho assalariado, em que não é preciso comprar o trabalhador para ter o seu trabalho. De fato, a terra sem trabalhadores nada representava e pouco valia em termos econômicos; enquanto isso, independentemente da terra, o trabalhador era um bem precioso. Ao fazerem empréstimos aos fazendeiros, no século XIX, os financistas e bancos preferiam ter como garantia principal a hipoteca dos escravos e não a hipoteca das fazendas. O escravo tinha dupla função na economia da fazenda. De um lado, sendo fonte de trabalho, era o fator privilegiado da produção. Por esse motivo era também, de outro lado, a condição para que o fazendeiro obtivesse dos capitalistas (nome reservado aos empreendedores de dinheiro), dos comissários (intermediários na comercialização do café) ou dos bancos o capital necessário, seja ao custeio seja à expansão de suas fazendas.

O escravo era o penhor do pagamento dos empréstimos. Por isso, praticamente todo o capital de custeio provinha de hipotecas lançadas sobre a escravaria das fazendas (MARTINS, 2010, p. 41).

Ao contrário do colono imigrante, principalmente italianos na qual representava a obtenção de rendimentos sem ter que investir seu capital, pois era trabalhador livre. Seu custo era financiado pelos incentivos governamentais na qual era pago pelo Estado, a viagem e despesas de acomodação. Cabia ao fazendeiro lhe ceder a terra para plantar os pés de café e para sua subsistência lhe pagando apenas pela produção. Dean relata que em:

Em 1870, José Vergueiro propusera que o governo pagasse a passagem de imigrantes europeus aptos para o trabalho agrícola e dispostos a assinar contratos de trabalho. Passagem de graça, esperava ele, representaria um atrativo real, desviando o fluxo da imigração que se dirigia para a Argentina e Estados Unidos. Recorrendo ao erário público, os fazendeiros não corriam riscos, os ajustes seriam desnecessários e o imigrante não ficaria coagido a permanecer em determinada fazenda (DEAN, 1977, p. 151).

Para os grandes fazendeiros a participação do governo imperial e provincial no financiamento e organização da força de trabalho era a solução para resolver os problemas de escassez de mão de obra e diminuição dos custos. O autor abaixo relata essa posição:

Durante todo este processo do trabalho livre, os fazendeiros esforçaram-se não só em encontrar uma nova fonte de mão-de-obra, mas também em buscar uma nova forma de organizar e controlar este trabalho, de modo que ele se apresentasse mais rentável e a custos reduzidos. O colonato representou o ponto culminante de uma série de tentativas para adaptar, ao processo de produção de café, trabalhadores livres estrangeiros em unidades familiares, os colonos (BASSANEZI, 1986, p. 07).

1.3.FIRMA VERGUEIRO E O TRABALHO LIVRE

A primeira experiência de trabalho livre no Brasil aconteceu na década de 1840, pela fazenda Ibicaba da firma Vergueiro & Cia, em Limeira. Pertencente ao Senador Nicolau Vergueiro, marcou o pioneirismo da imigração subvencionada por particulares. Devido à cessação do tráfico negreiro a fazenda Ibicaba adotou o sistema de parceria inicialmente com colonos suíços.

Em 1847, Nicolau Pereira Campos Vergueiro, lavrador em Piracicaba, foi convidado pela presidência da província em nome do Governo Imperial para receber colonos responsabilizando-se por suas passagens. Convites semelhantes foram feitos em várias províncias, todavia, foi somente aceito por Vergueiro, que sentindo-se sem vigor para, sozinho, levar a cabo tal empreendimento cria junto com seus filhos a firma Vergueiro & Companhia. O primeiro e principal objetivo da sociedade seria a agricultura e colonização dos municípios de Limeira e Rio Claro, mas trataria também de negócios de comissões em geral e de compra e venda de café e outros gêneros do país em Santos. [...] Em 1840 ele já havia introduzido à sua custa, na mesma fazenda de Ibicaba, os primeiros colonos, cerca de 80 portugueses da província de Minho. Apesar de ter sido formada com “gente toda escolhida”, a tentativa falhara em consequência da revolução de 1842 na qual Vergueiro se viu envolvido – “a colônia teria ficado completamente desmantelada” (LAMOUNIER, 1988, p. 29-30).

Desde a chegada ao porto de Santos, os colonos já eram propriedade de certo modo da firma Vergueiro & Cia. Ela já assumia pagar as respectivas municipalidades o valor de metade da soma da safra de café e de outros produtos alimentícios plantados pelos colonos. Ao mesmo tempo credora dos colonos que já chegavam ao novo país com dívida. (DAVATZ, 1980, p. 86).

Os colonos que emigram, recebendo dinheiro adiantado tornam-se, pois, desde o começo, uma simples propriedade de Vergueiro & Cia. E em virtude do espírito de ganância, para não dizer mais, que anima numerosos senhores de escravos, e também da ausência de direitos em que costumam viver esses colonos na província de São Paulo, só lhes resta conformarem-se com a idéia que são tratados como simples mercadorias, ou como escravos. Isso já evidencia, de certo modo, na redução das moedas européias a dinheiro brasileiro. Se nunca cheguei a ver no Brasil o franco a mais de trezentos e vinte réis, quando alguém devia pagar em moeda de cinco ou vinte francos, ou quando se tomava uma soma emprestada à firma Vergueiro, seu valor subia freqüentemente, nas dívidas, a trezentos e setenta e sete réis ou mais. Numa conta de colono das vizinhanças de Campinas, que foi exibida, esse valor ia mesmo a quatrocentos réis. Assim já a primeira dívida contraída pelo colono ultrapassa em minha opinião a soma lícita (DAVATZ, 1980, p. 86).

Portanto o colono que chegava nas fazenda Ibicaba, já possuía uma dívida que ao longo do tempo só aumentava, e o colono não conseguia pagá-la, era uma escravidão por dívida.

Na parceria, conforme o contrato assinado com os colonos suíços, “vendido o café por Vergueiro & Cia., pertencerá a estes a metade do seu produto líquido, e a outra metade ao [...]”

colono”. Entretanto, o parceiro era onerado com várias despesas, a principal das quais era o pagamento do transporte e gastos de viagem, dele e de toda sua família, além da sua manutenção até os primeiros resultados de seu trabalho. Diversos procedimentos agravaram os débitos, como a manipulação das taxas cambiais, juros sobre adiantamentos, preços excessivos cobrados no armazém pelos bens de consumo do colono (em comparação com os preços das cidades próximas), além de vários abusos e restrições. Esses meios de intensificação da exploração do trabalho, através do incremento da dívida contraída junto ao fazendeiro, protelavam a remissão dos débitos dos colonos, prolongando a servidão virtual em que se encontravam (MARTINS, 2010, p. 54).

O fazendeiro havia feito despesas, investindo na importação de mão de obra oriundas da Europa, portanto “sentia-se impelido a desenvolver mecanismos de retenção dos trabalhadores em suas terras, como se fosse seus donos” Martins, p. 54, 2010. Esse sistema de parceria era opressivo, pois embora os colonos fossem livres juridicamente, economicamente estavam presos a firma Vergueiro & Cia, situação similar à do escravo.

Devido esse contexto os colonos se rebelaram em 24 de dezembro de 1856, através de seu líder suíço Thomas Davatz, protestando contra a exploração em que estavam sendo submetidos. Davatz explica o motivo do levante:

Levavam-nos também à resolução de não admitir que se praticassem injustiças contra nós e de não atrair sobre nós o descontentamento do governo. Quanto a desprezo dos meios legais de que disporíamos – acusação que pretenderam lançar-nos – direi que nunca nos ocorreu tal sentimento. O que os colonos queriam em primeiro lugar é que se fizesse uma investigação franca e imparcial do sistema de colonização. Tínhamos certeza de que isso feito, não nos faltaria auxílios de toda ordem. Quanto à sublevação de 24 de dezembro de 1856, que adiante descreverei, ela só visou salvar-me, a mim, o advogado da causa dos colonos, que estava ameaçado de morte (DAVATZ, 1980, p.160).

O evento ocorrido na fazenda Ibicaba, se torna um marco para as mudanças que ocorreriam em relação a entrada de imigrantes ao solo brasileiro.

A sublevação comprometeu a parceria como meio de introdução do trabalho livre nas plantações de café. De fato, ante a possibilidade de enfrentarem problema idêntico em suas fazendas, os outros cafeicultores introduziram modificações

nos critérios econômicos de absorção do trabalho dos colonos, o que abriu caminho para o que se pode definir apropriadamente como invenção do regime de colonato (MARTINS, 2010, p. 55).

Com o fracasso do sistema de parceria entre imigrantes e fazendeiros, quando a imigração era promovida por particulares como o senador Vergueiro proprietário da Fazenda Ibicaba em Limeira - SP. O governo Imperial a pedido dos fazendeiros, a partir de 1870 resolve promover a imigração subvencionada, proporcionando a recomposição da mão de obra, na qual era escrava, e que começava a ficar escassa e cara. Martins detalha essa posição do governo brasileiro na época:

Os imigrantes, entretanto, eram de preferência assentados em colônias oficiais, em regime de pequena propriedade. O governo pagava as despesas de transporte para o Brasil até a localidade de fixação do imigrante e sua família. Além de custear e financiar a terra e as despesas iniciais de manutenção da família mantinha um regime de tutela sobre o colono geralmente durante um período de dois anos. Esse critério não visava ampliar o número de proprietários, mas no número de trabalhadores necessários à cultura cafeeira. Os colonos foram geralmente colocados em terras impróprias para café ou cana, na esperança de que se dedicassem à produção de alimentos baratos, como milho, feijão, arroz e mandioca. Esses alimentos, embora muito consumidos, não tinham um mercado significativo, já que todas as fazendas e sítios os produziam para seu próprio consumo. Basicamente, essa produção garantiria a alimentação da família imigrante e o excedente seria consumido pelo incipiente mercado urbano. A aquisição de roupas, remédios e, eventualmente outras mercadorias, dependentes de dinheiro, teria que ser feita mediante ganhos com aparte da remuneração revestida de forma salarial. O governo, constituído, alias de grandes fazendeiros e seus representantes, procurava organizar viveiros de mão de obra que se oferecesse às fazendas de café para o trabalho sazonal de trato e colheita, à medida que isso fosse necessário. Foram muitas as queixas contra tal sistema, pois nem sempre as colônias eram localizadas junto às grandes fazendas mais necessitadas de trabalhadores. A imigração subvencionada para criação de colônias oficiais teve, porém, uma grande importância. Fundamentalmente, instituiu a intervenção do Estado na formação do contingente de força de trabalho, como uma espécie de subvenção pública à formação do capital na grande fazenda. Esse era um ponto de grande resistência política, pois implicava desviar recursos públicos para um único setor da economia, o do café, além de tudo muito localizado regionalmente, no sudeste do país (MARTINS, 2010, p. 57-58).

O imigrante deveria primeiro trabalhar para depois vir a ser proprietário de terra. Essa era a ideia dos grandes fazendeiros que eram contra a entrega gratuita de terras pelo Estado (Parlamento), pois precisavam de mão de obra nas lavouras de café devido à garantia aos credores na penhora do fruto pendente e do fruto colhido das fazendas. O escravo não era mais garantia de financiamento, mas sim a produção, portanto o aumento da mão de obra subsidiada primeiramente pelo governo provincial era fundamental para a redução dos custos e aumento do lucro. Segundo Martins, 2010 “Se o regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa”.

A vinda de trabalhadores imigrantes europeus era, portanto a base para a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, mas não assalariado, com características capitalistas.

Com a imigração subvencionada, o fazendeiro não poupava capital, como pretendia Antônio Prado, mas recebia capital, dado que cada trabalhador chegado à fazenda representava um efetivo dispêndio em dinheiro feito com recursos públicos. O trabalhador arregimentado, transportado e colocado na fazenda tinha um custo. De fato, uma doação do Estado que, livrando o fazendeiro dessa despesa, o liberava da imobilização improdutiva de parte de seu capital na aquisição de mão de obra. Ora, a forma de incorporar essa modalidade de capital ao processo produtivo era a abertura de novas fazendas, a ampliação dos cafezais. A imigração subvencionada funcionava como um incentivo econômico à expansão dos cafezais (MARTINS, 2010, p. 60-61).

Em meio a esse sistema singular do desenvolvimento capitalista da economia do café, havia uma desigualdade entre o fazendeiro e o colono que era fundamentada pela propriedade fundiária. O colono sabia que existia uma desigualdade que se apresentava já no próprio processo de trabalho e em diferentes momentos do relacionamento como fazendeiro.

Nos próprios contratos essa desigualdade estava consignada. Grossi anotara contrato em que o colono, para retirar-se da fazenda deveria fazer aviso prévio de 60 dias; mas o seu patrão, para demiti-lo, deveria fazer aviso prévio de apenas 30 dias. Se não fizesse a prestação de trabalho gratuito, nos casos previstos e já mencionados, o colono estaria sujeito à multa de 2\$000 réis por dia, o equivalente ao salário de um trabalhador avulso. Quando o fazendeiro precisava desse tipo de trabalhador pagava até 2\$500 réis. Entretanto, se o colono atrasasse o início dos serviços

marcados pela fazenda, ficava sujeito à multa de 2\$000 a 5\$000 réis. Em suma, sob a desigualdade de critérios, ficava transparente que tinha valor para o proprietário aquilo que não tinha preço para o colono - o seu trabalho. Aliás, até a República, segundo Warren Dean, as leis de locação de serviços agravavam essa desigualdade, pois, paradoxalmente, não garantiam “a igualdade de contrato, uma vez que dos dois contratantes, só o trabalhador era sujeito à pena de prisão se não cumprisse” (MARTINS, 2010, p. 81).

A acumulação do capital na economia do café só foi possível devido à legitimidade que o trabalhador proporcionou a exploração baseada em relações não capitalistas de produção. A recompensa das retribuições recebidas pelo trabalhador, ou seja, a fartura que havia em sua casa, era a ocultação do trabalho não pago pelo fazendeiro.

A extorsão de riqueza sob o regime escravista não precisava de outro fundamento que não fosse a vontade do senhor de escravos e do látego que, em seu nome, manejava o feitor. No regime capitalista de produção, sabemos, essa extorsão se apoia na aparência e na suposição do senso comum de que o salário, cobrindo os meios de vida necessários à reprodução do trabalhador e sua família, cobre de fato o valor de sua força de trabalho. Nenhum dos dois mecanismos operava no regime de colonato, como julgo ter demonstrado. O colono ficou no meio do caminho entre a transparência da exploração, já que o trabalho excedente se materializava em objetos distintos do trabalho necessário, e a ilusão de o que recebia correspondia ao valor do seu trabalho. O colono viveu uma ilusão específica que não era produzida pela residual relação capitalista do salário em dinheiro. O colono viveu a ilusão de que o que entregava ao fazendeiro sob a forma de café tratado e colhido era o tributo que pagava para trabalhar para si. O colono não se considerava proprietário dos meios de produção nem mesmo proprietário de terra de seu trabalho. Ele se considerava proprietário dos meios de produção nem mesmo proprietário da terra de seu trabalho. Ele se considerava proprietário do seu próprio trabalho, do trabalho materializado nos produtos da agricultura de subsistência, mesmo que com isso, na verdade, estivesse entregando o seu trabalho a outrem, ao fazendeiro, na concepção de trabalho que para o fazendeiro e seu capital dava sentido ao engajamento produtivo do colono no cafezal (MARTINS, 2010, p. 83-84).

Segundo Cenni a imigração constituía grande fonte de renda para o Estado, sendo que no ano de 1901 o Tesouro de São Paulo gastou 38500 contos com imigração gratuita, mas obteve retorno de quase 300000 contos na qual recebia em taxas sobre a exportação de café. Comparado ao ano de 1888

em que o Tesouro arrecadou somente 3 mil contos, em treze anos a arrecadação aumentou cem vezes.

Somente com a intervenção do Estado foi possível quebrar o circuito do trabalho cativo, procedendo - se a uma socialização dos custos de formação da força de trabalho e criando - se as condições para que instituíssem o trabalho livre e o mercado de trabalho. A intervenção do Estado na formação do contingente de mão de obra para as fazendas de café representou, de fato, o fornecimento de subsídios para a formação do capital do empreendimento cafeeiro (MARTINS, 2010, p. 59).

No sistema das fazendas de café, o colono desempenhava o mesmo trabalho que o escravo fazia, a diferença estava segundo Martins (2010, p. 11) na “forma social da organização do trabalho, do trabalho coletivo do eito para o trabalho familiar”.

Na realidade, a introdução da cultura do café não havia representado simplesmente uma mudança de gênero de vida; foi algo mais que um simples fenômeno meramente mecânico de substituição de atividades: assinalou, muito ao contrário, o início de uma revolução social-econômica que deveria constituir a base para a futura industrialização de São Paulo. A esta evolução está estritamente ligado o concurso do elemento italiano, que contribui decididamente, com seu braço, não apenas a salvar as culturas abandonadas pelos escravos, mas a valorizar progressivamente a terra. Zonas até então incultas e cobertas de matas foram ocupadas, devassadas e cultivadas, enquanto se operava uma importantíssima transformação social, com a superação de antigos preconceitos e o progressivo abandono de complexos perniciosos deixados pela abolição. Foi o imigrante quem conseguiu romper as invisíveis mas sólidas fronteiras que tolhiam o passo a uma renovação, depois que a sociedade se tinha perigosamente cristalizado em compartimentos estanques: aristocracia, plebeus e escravos. O aceleração do processo migratório provocou a rápida formação daquela nova mentalidade que deveria caracterizar a atual plasticidade da população paulista e aquele dinamismo que torna adaptável a qualquer contingência de trabalho (CENNI, S.D., p. 181-182).

Os imigrantes que vinham com suas famílias, em busca de melhores condições de vida, ao longo do tempo se deparavam com um problema, a consciência da paz perdida, ou seja, a emigração destrói a paz dos homens (IANNI, 1963, p. 110-111). Podemos ver a seguir o que acontece com a paz interior do emigrado:

Há uns trinta e poucos anos, um comerciante italiano bem estabelecido no centro de São Paulo ia freqüentemente à Itália. Vivia nesse vaivém. Um dia, um amigo – um diplomata que nos contou o fato em Roma – observou - lhe: “Mas você não pensa na velhice. Nesse vaivém você gasta tudo o que ganha”. O emigrado-comerciante respondeu: “O problema é que quando estou em São Paulo quero ir à Itália. Chego na Itália e depois de pouco tempo tenho saudade do Brasil e quero voltar. Eis o que me fez a emigração: me destruiu a paz” (IANNI, 1963, p. 111).

Apesar desse problema geral dos emigrados, no caso específico os italianos, rico ou pobre, naturalizados ou repatriados, vitoriosos ou vencidos, o que observamos é sempre a saudade da terra onde a deixaram. Apesar da exploração exercida sobre o imigrante que era “mão-de-obra necessária, haja vista a abolição dos escravos e o subsídio do governo federal, fatores estes que atraíram estrangeiros para trabalhar no Brasil” (CALSANI, 2010, p. 75).

Sergio Buarque de Holanda no prefácio do livro *Memórias de um colono no Brasil* (1850), faz uma análise da perspectiva do emigrante em chegar a nova terra:

A primeira ideia que um mundo novo oferece ao emigrante é freqüentemente a de uma esfera de possibilidades infinitas e onde a capacidade de ação não encontra estorvo. A aptidão de emigrar envolve, sem dúvida, tal capacidade – nisso tem razão os que vêem as migrações como um autêntico processo de seleção – mas envolve também uma capacidade de idealizar em excesso a terra procurada, “terra prometida”, criando imagens falsas e ilusórias. Certa dose de fantasia e credulidade, por pequena que seja, certo definhamento do senso de crítica, existiu sempre à origem de todas as migrações em grande escala (DAVATZ, 1980, p. 19).

2. A CIDADE E O CONTEXTO REGIONAL NO SÉCULO XIX

Na primeira metade do século XIX a cana de açúcar e posteriormente o café propiciou um bem organizado desenvolvimento urbano, na qual os negros, imigrantes europeus, como alemães, suíços, portugueses e italianos contribuíram para sua construção. Vindos de diversas partes dos países de origem buscavam melhores condições de vida, a fim de obter terras, desenvolver um comércio ou prestar serviços. Mas o que a maioria se submeteu foi trabalhar nas lavouras, principalmente de café.

O efeito urbanizador do café começava a ser sentido por volta de 1870, sendo as fazendas quase autossuficientes, dependiam de produtos da cidade como o tecido inglês, produtos manufaturados como arreio, carroça, produtos de carpintaria e ferro batido. Assim como a cidade dependia de alguns produtos como tijolos e materiais afins, serviços de serraria, por exemplo.

Já em 1870, seis anos antes da chegada da ferrovia, a área urbana delimitada e ocupada cobria quarenta e quatro quarteirões. O crescimento regular e substancial que caracteriza a cidade neste período, demonstra a importância da economia açucareira nos primórdios da urbanização Rioclarense. Antes da dominação do café e antes da entrada da ferrovia, havia uma estrutura urbana sedimentada (HOGAN, 1986, p. 22).

Com a chegada da ferrovia na região houve um encurtamento das distâncias, sendo que também os serviços postais e telégrafos propiciaram aos grandes fazendeiros que se mudassem para a Capital e consequentemente administrassem sua propriedade. Essa mudança geográfica dos grandes fazendeiros fez com que a política local ficasse abandonada na mão da classe média local: boticários, donos de armazém, escrivães e outras pessoas de destaque. Essa classe média e também os proletariados residentes na cidade, influenciaram e marcaram a paisagem urbana através da homogeneidade das edificações.

O esvaziamento da elite cafeeira não implicou na estagnação da cidade pois a contribuição da demanda para bens e serviços representada pelas fazendas não se alterou tanto com esse esvaziamento. É essa demanda que

determina o crescimento da cidade e essa não foi interrompido. Certamente segundo Dean as únicas mudanças que ocorreram foram a vida política e cultural de Rio Claro. Hogan faz uma pequena análise sobre os primórdios da urbanização na cidade:

Traça-se um perfil do crescimento urbano tal que a proliferação de atividades urbanas e o surto demográfico são dados como resultados da chegada dos trilhos em Rio Claro em 1876, trazendo vida ao lugarejo letárgico. Assim, para simplificar, escreve-se uma história da cidade pré e pós ferrovia. A interpretação se equivoca nas duas direções. Primeiro, a cidade, a julgar pelas indicações apresentadas até esse ponto, não era tão insignificante assim. E, como mostrará mais adiante a análise do Almanak de 1873 - três anos antes da chegada da ferrovia à cidade – Rio Claro possuía uma infraestrutura notável e bem diferenciada sem que isso pudesse ser atribuído à chegada dos trilhos à cidade (HOGAN, 1986, p.13).

De acordo com o Almanak de 1873, a cidade possuía um centro bastante desenvolvido onde já existia uma complexa estrutura de atividades comerciais, industriais, culturais e sociais. Abaixo podemos observar em detalhes as estruturas citadas:

TABELA 1. Atividades e Número de estabelecimentos

INDÚSTRIA E ARTESANATO

Bens de consumo pessoal

Alfaiate	14
Chapeleiro	01
Costureiro	10
Modista	04
Ourives	02
Sapateiro	08

Construção Civil

Carpinteiro e mestre d'obras	33
Pedreiro e mestre d'obras	15
Vidraceiro	05
Pintor	07

Materiais de Construção

Olarias	11
---------	----

Mobiliário

Marceneiros	11
Colchoeiros	04
Entalhadores	02
Empalhadores	06

Metalúrgicas e Mecânica

Fábrica de Máquinas	04
Ferrovias	07
Ferradores	05
Fundidores de ferro e bronze	04
Funileiros	05
Caldeireiros/Maquinistas	05

Transporte

Fábrica de Trollys	03
Seleiros	05

Indústria de alimentos

Fábrica de Licores	01
Fábrica de vinagre	01
Fábrica de cerveja	01
Refinação de açúcar	01

Outros

Tanoeiro	02
Fogueteiro	05

COMÉRCIO E SERVIÇOS**Serviço de Consumo Pessoal**

Tintureiro	01
Engomadeira	04
Relojoeiro	01
Cigarreira	04
Barbeiro	02

Serviço de Lazer

Bilhares	01
Jogos de Bola	03
Voleiros	02
Hotéis	04

Serviços de Comunicação e Transporte

Alugadores de carro para passeios e viagens	08
Carroceiros e senhores de carroças	12
Cocheiras	07
Viação	06
Tropeiros	04
Próprios e camaradas	06

Comércio de Gêneros Alimentícios

Padaria	04
Confeitaria	04
Doceria	03
Açougue	09
Armazéns de molhados, louças	63
Armazéns de depósito de gêneros da terra	08
Depósito de açúcar	06
Depósito de farinha de trigo	01
Depósito de sal	09

Comércio em Geral

Loja de fazendas	18
Loja de ferragens	08
Depósito de calçados	05
Depósitos de máquinas de costura e gêneros americanos	04
Depósitos de correias para máquinas	01
Farmácias	03
Depósitos de chapéus	06
Depósito de madeira	02
Depósito de solas e couro	04
Depósito de zinco, ferro, cobre, chumbo, estanho, ...	04
Casas Importação, Exportação e Comissões	08
Depósito de cal	04

Saúde

Casas de Saúde	03
----------------	----

Outros

Abridor	01
Afinador de Piano	01
Armadores de Gala e Funerais	03

Com esses dados apresentados nas tabelas, Hogan aponta que considerando as famílias dos proprietários ou artesão, os empregados e suas famílias, a população que vive de atividades claramente urbanas era de 1500 pessoas, 10% da população do município que em 1872 no primeiro recenseamento realizado, apresentava um total de 15000 habitantes. Outro fator que permite observar o desenvolvimento do centro urbano da cidade em 1873 é uma razoável especulação imobiliária que aponta para 298 proprietários registrados nominalmente. Desse total 37% tinham mais que uma propriedade sendo que o total de imóveis era de 568. Segundo Hogan:

Já em 1870, seis anos antes da chegada da ferrovia, a área urbana delimitada e ocupada cobria quarenta quarteirões. O crescimento regular e substancial que caracteriza a cidade nesse período, demonstra a importância da economia açucareira nos primórdios da urbanização Rioclarense. Antes da dominação do café e antes da entrada da ferrovia, havia uma estrutura urbana sedimentada (HOGAN, 1986, p. 22).

A contribuição da ferrovia para a urbanização, não foi pelo seu aspecto de transporte, mas principalmente pela infraestrutura e empregos criados e comércio e serviços gerados. A partir de 1892 com a compra da Cia. Rio Claro pela Cia. Paulista a empresa instalou suas oficinas utilizando-se da infraestrutura já existente, ampliando o complexo ferroviário da cidade. A demanda por trabalhadores para ferrovia na época, ampliou-se, justamente num momento em que a imigração italiana chegava em massa ao Brasil e consequentemente em Rio Claro, para trabalhar nas lavouras de café. Muitos buscavam melhores condições de vida e abandonavam os trabalhos na lavoura atraídos pelo trabalho na ferrovia. Para Hogan:

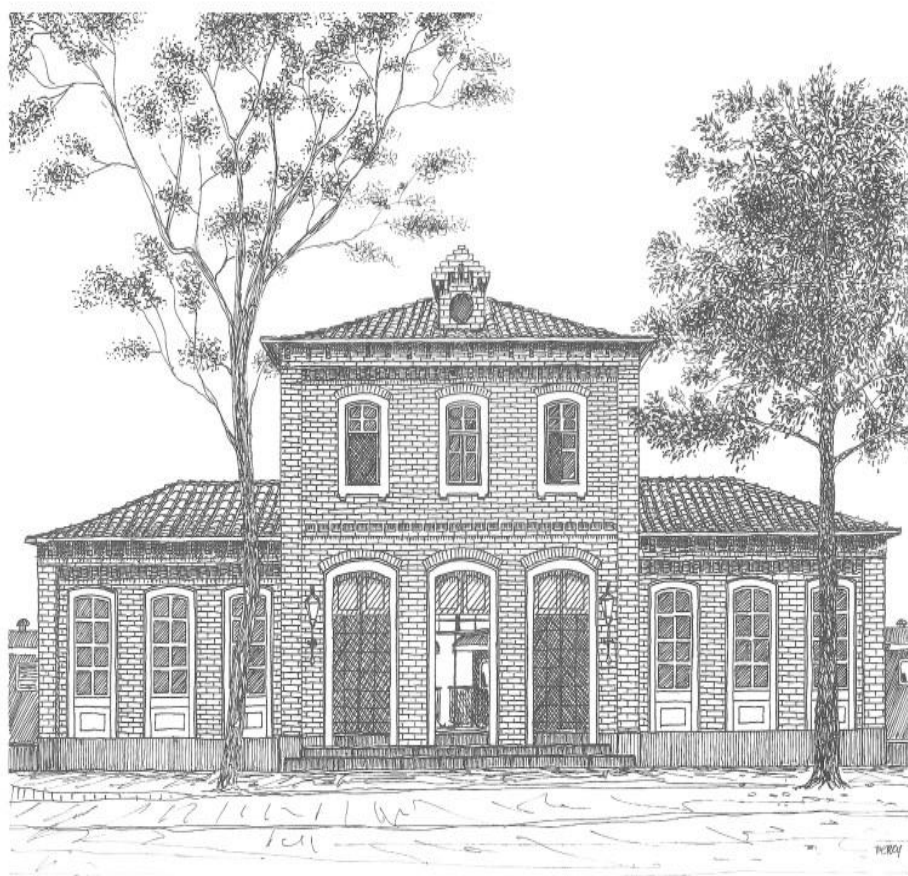
O quadro que emerge é de um desenvolvimento bem diferenciado já antes da chegada dos trilhos, e mais contínuo no tempo. Se estagnou durante algum período, foi justamente o de “ponta de trilhos”. A ferrovia teria chegado quando o café já estava bem estabelecido (e tinha gerado a riqueza que foi investida nela). Isto é, veio servir uma produção já instalada, e não gerou nenhuma grande extensão da produção, capaz de aumentar ou diferenciar ainda mais a estrutura urbana (HOGAN, 1986, p. 29).

A ferrovia representou para cidade um grande crescimento e desenvolvimento que impulsionou a criação de novas indústrias, comércio, e aumento da população e mercado consumidor.

A ferrovia altera direta e indiretamente o cotidiano urbano. Rio Claro ganha “novos ares” e novos ritmos, transformando as relações do trabalho, do lazer e da festa. A população local adquire um novo sentido de mobilidade. O espaço urbano como um produto social vai ganhando racionalidade e fica cada vez mais normatizado. O famoso “apito da Paulista” rege a vida cotidiana segundo lógicas do tempo do trabalho, da produção, ou seja, o tempo do capitalismo. Nos anos de 1880 o vínculo entre a ferrovia e a cidade foi enorme, serviu inclusive como a base das novas diretrizes da organização das ruas. E a partir da frente da Estação Ferroviária que é criada a estrutura das avenidas de Rio Claro mantendo a forma de tabuleiro de xadrez (ORTIGOZA, 2012, p. 84).

A inauguração da ferrovia em 1876 representou principalmente para os fazendeiros produtores de café a redução de custos de produção, “[...] comunicações e circulação de mercadorias e pessoas se tornaram mais ágeis [...]” (SANTOS, 2015, p. 35). A viagem de Rio Claro para São Paulo, capital da província, diminuiu de uma semana para menos de um dia.

Em 1882 escrevia-se que os fazendeiros de Rio Claro estavam pagando de transporte, quase um quarto de suas vendas em bruto. A estrada de ferro favorecia a manutenção da concentração da propriedade. A influência política decidia a localização das estações; tanto o visconde do Rio Claro como o conde de Três Rios tinham seus próprios desvios (DEAN, 1977, p. 55).



Antiga estação da Companhia Paulista. Construída em 1876 e substituída pela atual em 1910. Rua 1 entre Avenidas 2 e 3.



FIGURA 7 - Antiga estação da Companhia Paulista.

Em relação a outras cidades paulistas, como produtor de café, Rio Claro não foi um dos primeiros, mas foi um importante centro de escoamento de produção agrícola da região, na qual proporcionava maior concentração urbana. Além de ser junção de linhas de diferentes bitolas e sede de oficinas da Paulista, onde acumulou funções comerciais adicionais e também era terminal ferroviário (SANTOS, 2015).

Dados obtidos do ano de 1883 nos mostram que, sete anos após a chegada dos trilhos, a cidade possuía um comércio bastante ativo, com trinta e quatro casas de secos e molhados, vinte e quatro casas de ferragens, vinte e duas de armarinhos, moda e chapéus, oito sapatarias, duas ourivesarias e sete

alfaiatarias. Contava ainda com máquinas de beneficiar grãos (arroz e café), fabricas de licores e de cerveja. Já tinha condições de prestar serviços médicos e educacionais. Tinha cinco médicos, dois dentistas, dois professores de canto e piano, quatro farmácias seis colégios particulares, seis sociedades recreativas, um teatro e dois jornais (GARCIA, 1992, p. 27).

A companhia Rio Claro inaugurada em 1884 proporcionou uma grande expansão de sua influência para o sertão, pois já era um centro de grande importância. A única ferrovia construída sem recursos governamentais ligava Rio Claro a São Carlos do Pinhal (São Carlos), e a iniciativa de construção partiu dos fazendeiros rio-clarenses de café e das áreas vizinhas. Isso nos mostra o nível de desenvolvimento e concentração da riqueza na região na época.

Ao longo da ferrovia foram criadas estações para o recebimento e expedição do café. A análise da exportação de café por essas estações permite identificar as zonas de maior produção dentro do Município. Inegavelmente, era a parte norte de Rio Claro, nas zonas ocupadas pelas antigas fazendas Velha, Morro Grande, Angélica, Mata Negra, São José e outras, que, segundo os dados da companhia Rio Claro, havia maior exportação. Nos anos de 1884, 1885 e 1886, foi uma exportação sempre crescente: 658, 878 e 1067 toneladas, respectivamente, para Estação de Morro Grande (DINIZ, 1973, p. 161).

O percurso da estrada de ferro começava no vale do Corumbataí, seguia na direção norte até a povoação de Anápolis (atual Analândia), então seguia desviando para oeste em direção aos Campos do Morro Pelado (atual Itirapina), onde foi instalado as estações de Morro Pelado e Visconde do Rio Claro. Desse ponto em diante voltou novamente para direção norte até chegar a São Carlos e Araraquara.

Nesse percurso de 120 quilômetros, foram instaladas 16 estações ferroviárias, a saber: Cachoeirinha, Morro Grande, Ferraz, Corumbataí, Cuscuzeiro, Anápolis, Oliveiras, Estrela, Morro Pelado, Visconde do Rio Claro, Conde do Pinhal, São Carlos do Pinhal, Ibaté, Chibarro, Ouro e Araraquara. Por aquela época, os atuais municípios de Analândia, Corumbataí e Itirapina eram partes integrantes do município de Rio Claro. Portanto, as estações de Cachoeirinha até a de Visconde do Rio Claro situavam – se dentro das terras do nosso município (um dos grandes municípios da Província de São Paulo) e serviam aos interesses das propriedades agrícolas cuja cultura principal era o café, esteio da economia brasileira: Angélica, Morro Alto, Floresta, Água Branca, Santa Maria, Carangola,

Santos Urbano, Monte Alegre, Boa Vista, Santana, São José do Corumbataí, Cuscuzeiro, Atalaia, Santo Antonio, São Sebastião, Santa Elisa, Santa Eulália, Palmeiras, Pico Alto, Quadrão, Estrela e Baú (TROPMAIR, 1993, p. 08)



FIGURA 8 - Engenheiros e funcionários da Cia. Rio Claro. Sentados: ao centro, o Conde do Pinhal, diretor da companhia. Andréas Schimidt, engenheiro chefe, Jorge Blach Scorrar, engenheiro, Olavo Hummel, engenheiro e Marcelo Schimidt, funcionário de Escritório.

Fonte: Acervo do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.

Em 1885 a Cia. Rio Claro construiu o prolongamento da Estrada de Ferro de São Carlos a Araraquara e dois anos mais tarde foi construído o ramal Rio Claro a Jaú. Os ingleses, em 1889 compraram a Companhia e mudaram seu nome para Rio Claro Railway.

Sob a propriedade dos ingleses iniciam-se as construções dos ramais de Araraquara a Jaboticabal e de São Carlos a Santa Eudoxia e Ribeirão Bonito. Momento em que a Paulista se encontra em uma difícil situação. Encurralada entre duas companhias inglesas, de um lado os trilhos da São Paulo

Railway, em Jundiaí e do outro do Rio Claro Railway Company, o tronco da Paulista não possuía alternativas de expansão, momento em que compra o ramal férreo da companhia inglesa de São João Batista do Ribeirão Claro. Segundo Dean, a venda e revenda da Cia. Rio Claro figura como um mistério, principalmente ao se levar em conta os altos lucros que a empresa obtinha. Em primeiro lugar, ao ser vendida ao ingleses, demonstra o desinteresse daqueles cafeicultores em levar a cabo a administração do empreendimento. Em segundo lugar, também com lucros consideráveis, foi vendida pelos ingleses à Cia. Paulista, em 1892, justamente num momento em que esta empresa se encontrava sem perspectivas de novos investimentos, pari passu com a abertura de novos cafezais interior adentro (SANTOS, 2000, p. 93).

Em 1892 foram inauguradas as oficinas da Companhia Paulista de Estrada de Ferro (CPEF), reaproveitando a estrutura comprada da Cia. Rio Claro, que devido a sua instalação ocorreu uma diversificação funcional da área urbana rio-clarense, “Deu-se a ampliação das atividades industriais, com o aparecimento de serrarias, cerâmicas, beneficiadoras de arroz e café” (GARCIA, 1992, p. 26). Surgem armazéns vendendo diversos tipos de produtos como: ferragens armas, roupas, alimentos, produtos importados, louças e objetos de consumo geral, materiais para construção, materiais para agricultura, etc.



FIGURA 9 - Vista da Cia. Paulista.

Fonte: Acervo do Arquivo Público e histórico de Rio Claro.

A importância das Oficinas era tal que por volta de 1892, ela era uma das maiores empregadoras do estado de São Paulo, com 1498 trabalhadores e mais 102 outros no desdobro de madeira. Para efeitos de comparação, o segundo maior empregador da cidade era a Cervejaria Rio Claro, de propriedade de Julio Stern, com 308 trabalhadores(1905) (SANTOS, 2015, p. 42).

O caráter de centro ferroviário parece ter realmente impulsionado o crescimento da cidade de Rio Claro, pois pelo fato de ser o local de residência dos ferroviários, gerava uma demanda razoável de bens, principalmente pelo enorme número de funcionários que a Companhia Paulista de Estradas de Ferro possuía.

É nesse momento que Rio Claro ganha impulso tanto em desenvolvimento como em crescimento, pois, os ferroviários aí residentes agem como estímulo para ampliar a oferta de bens e serviços em geral. A ferrovia expande a cidade, expande o mercado de trabalho e acarreta o aumento da demanda por bens e serviços. Rio Claro cresce. Deixa de ser “ponta de trilho”. A linha ferroviária estende-se além dos seus limites e a cidade vai adentrar o século XX, como um núcleo urbano de importância (GARCIA, 1992, p. 28)

Com o grande desenvolvimento da ferrovia, muitas instituições foram surgindo, no esporte, lazer e cultura destacamos a fundação do Grêmio Recreativo dos Empregados da Companhia Paulista de Estradas de Ferro em 5 de agosto de 1896, inicialmente o nome era Grêmio União Musical, precursora da Banda Sinfônica União dos Artistas Ferroviários, depois em 14 de março de 1906 o Grêmio se separou da Banda Musical, ampliou suas atividades, instalou-se em sede própria e montou a diretoria. Seus associados eram os ferroviários e trabalhadores dos diferentes setores da Companhia e o clube representava o espaço de lazer e recreação onde podiam praticar nos primeiros anos de sua atividade: dança e jogos de salão, música e futebol. Segundo Santos (2000, p. 120) “A origem do Grêmio Recreativo dos Empregados da Cia. Paulista de Estradas de Ferro também encontra nas suas

raízes a grande influência dos imigrantes que faziam parte do seu quadro de trabalhadores”.

O futebol já estava presente na vida do rio-clarense na virada do século XIX ao XX, com a participação de nacionais, imigrantes e seus descendentes. Contudo, reforçando o caráter ferroviário que a cidade cada vez mais adquiria, a prática do futebol passou a ser uma atividade esportiva que contou com o apoio da Cia. Paulista e, na maioria dos casos, com a participação dos trabalhadores da companhia ferroviária (SANTOS, 2015, p. 43).



FIGURA 10 - Vista da Igreja Matriz.

Fonte: Acervo do Arquivo Público e histórico de Rio Claro.

A expansão ferroviária não só impactou a cidade de Rio Claro, mas também muitas cidades do interior de São Paulo, que viram na implantação das estradas de ferro e seus derivados o grande impulso econômico que alavancou o crescimento e desenvolvimento das cidades. Segundo Garcia:

Essa expansão ferroviária levou a inúmeras transformações na paisagem urbana, constituindo a chegada dos trilhos um marco na história das cidades. Com a estrada de ferro, veio todo o aparelhamento que ela exigia, principalmente quando a cidade, por alguma razão, passava a ser sede de qualquer atividade especial como, por exemplo, armazéns, oficinas de reparos e construção de carros, escritórios, ponto de cruzamento de trens, local de baldeação, etc. Estes fatores refletiam na vida da cidade. Constituíam mercado de trabalho e estimulava ao mesmo tempo uma série de atividades correlatas. Muitas cidades chegaram a depender por muito tempo da ferrovia, como foi o caso de Rio Claro que, durante anos viveu praticamente em função das oficinas da CPEF ali instaladas (GARCIA, 1992, p. 24-25).

3. A INFLUÊNCIA DOS IMIGRANTES ITALIANOS NA VIDA URBANA DA CIDADE DE RIO CLARO

Na segunda metade do século XIX, Rio Claro vivenciou um grande crescimento urbano e populacional. O grande número de imigrantes, principalmente os italianos, transformou e desenvolveu a cidade em poucas décadas. Não podemos deixar de mencionar a imigração alemã na primeira metade do século XIX que contribuiu também para o crescimento e desenvolvimento da cidade. A partir de 1870 o surto migratório ganhou força e segundo Santos, os italianos tiveram papel de destaque:

Tiveram atuação marcante na cidade e fundaram indústrias, casas comerciais, construíram casas, trabalharam em estradas de ferro, calçaram ruas. Muitos se dedicaram a ofícios, como sapateiro, alfaiates, folheiros, etc., outros artesanatos. Representantes de profissionais liberais cooperaram com o rio – clarenses no desenvolvimento de tudo que uma sociedade necessita para seu conforto; fundaram sociedades assistenciais, e na última década do século XIX, para assistência aos italianos imigrantes, surgiu a Sociedade Italiana de Mútuo Socorro, que mais tarde deu origem à Sociedade Italiana de Beneficência (SANTOS, 41, p. 41).

Entre 1886 a 1900 o número de Italianos que saíram da hospedaria dos imigrantes em São Paulo com destino a Rio Claro foi de 9314, desse total 5138 do sexo masculino e 4176 do sexo feminino (faltam dados para 1896-94). De 1901 a 1920 o número de imigrantes italianos que saíram da hospedaria com destino a Rio Claro foi de 3117 e de 1921 a 1930 foi de 1000 imigrantes.

No final do século XIX o número de italianos presentes na cidade já superava ao de outras nacionalidades de imigrantes, como o de portugueses e espanhóis como podemos ver abaixo na tabela.

TABELA 2 - Imigrantes saídos da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo com destino a Rio Claro, por Nacionalidade e Sexo: 1896 - 1900

NACIONALIDADE	HOMEM	MULHER	TOTAL
Italiana	5138	4176	9314
Portuguesa	391	218	609
Espanhola	391	324	715
Alemã	103	53	156
Austríaca	348	302	650
Outras	47	45	92
Total	6418	5118	11536

Fonte: Hospedaria dos Imigrantes - Livros de Matrícula de Imigrantes 1886-1900

Nota: Não foram computados dados para os anos de 1893 e 1894.

Num plano mais geral, reputo como importante, a partir da retomada da constatação de que o capital é um processo, desenvolvida por Marx, a observação de que o próprio capital engendra e reproduz relações não capitalistas de produção, numa coexistência de tempos sociais de datas entre si diversas. Pode-se chegar a esse ponto especialmente através de reflexão demorada sobre a análise que Marx faz da renda territorial na sociedade capitalista. Sendo a renda da terra de origem pré-capitalista, contradição e obstáculo à expansão e ao desenvolvimento do capital, perde, no entanto, esse caráter à medida que é absorvida pelo processo do capital e se transforma em renda territorial capitalizada. Fiz dessa constatação uma hipótese que abrangesse não apenas relações pré-capitalistas, mas o que o próprio Marx e, mais tarde, Rosa Luxemburgo definiram como relações não capitalistas. Foi o que me permitiu desenvolver a análise do regime de colonato nas fazendas de café, constituído de relações de trabalho que foram historicamente criadas na própria substituição do trabalhador escravo, conforme as necessidades do capital, sem que no final viesse a se definir um regime de trabalho assalariado nos cafezais. Da mesma forma, esse processo não recuperou relações de produção pré-capitalistas (MARTINS, 2010, p. 22).

Martins (2010) faz uma comparação entre a imigração italiana e a espanhola, que a partir de 1902 começa chegar em maior número ao Brasil, para trabalhar na lavoura de café no interior do estado São Paulo e suprir a demanda por trabalhadores. Já que a Itália a principal fornecedora de trabalhadores até então, através do Decreto Prinetti, que relatava as más condições de trabalho no Brasil, proibiu a emigração subvencionada.

A principal diferença entre a imigração espanhola e a imigração italiana está no fato de que esta última imigração estava estratificada em classes sociais: havia camponeses sem terra, operários, comerciantes, capitalistas, artesãos, além de intelectuais. A imigração espanhola, ao contrário, foi predominantemente de camponeses. Mesmo os não camponeses, que em certa proporção também imigraram para o Brasil, foram os que mais reemigraram (MARTINS, 2010, p. 98).

Nos Almanaks do Rio Claro de 1895 e de 1906 aponta uma marcante e progressiva participação italiana em atividades não agrícolas e urbanas, bem diversificadas, identificadas através das informações dos principais contribuintes do município publicados nos Almanaks.

Em 1906, segundo o almanaque para o mesmo ano, os serviços e as ofertas comerciais disponíveis à população da cidade eram advindos de 16 lojas de ferragens, 26 de fazendas e armarinhos, 17 de louças e cristais, 96 de secos e molhados, 4 modistas, 3 amoladores, 12 alfaiatarias, 36 açougues, 15 barbearias, 2 lotéricas, 3 bilhares, 16 botequins, 9 caldeireiros e latoeiros, 9. carpintarias e marcenarias, 5 charutarias, 1 colchoaria, 3 cocheiras, 4 curtumes, 1 depósito de gelo, 1 depósito de cerveja, 1 depósito de sanfona, 3 casas de câmbio, 2 engraxates, 2 ferrarias, 2 fogueteiros, 1 fundidor, 11 guardalivros, 7 hotéis, 2 marmorarias, 2 oficinas de chapéus de sol, 3 olarias, 15 padarias, 6 farmácias, 3 fotógrafos, 3 pintores, 10 quitandeiros, 2 casas de refinação de açúcar, 8 restaurantes, 6 relojoeiros, 20 sapatarias, 6 selarias, 2 serralheiros, 2 serrarias a vapor, 1 torneiro, 2 tintureiros, 5 tipografias. Nesse período, também foi o momento em que começaram a aparecer e a se desenvolver uma série de pequenas indústrias na cidade, cujo incentivo provinha tanto dos fatores maiores, como o fim do escravismo, a República com a instauração do federalismo, a imigração em massa que consolidou o mercado de trabalho; quanto dos fatores internos da própria cidade, que possuía luz elétrica, saneamento básico (água e esgotos) e, principalmente, as Oficinas da Cia. Paulista de Estradas de Ferro que conferiu uma dinâmica à parte ao núcleo urbano, ao ser ali instalada em 1892 (SANTOS, 2000, p. 158).



FIGURA 11 - Rua 3, Av. 8 e 10.

Fonte: Acervo do Arquivo Público e histórico de Rio Claro.

Muitos vinham para trabalhar na lavoura, depois de algum tempo encaminharam-se ao centro urbano. Outros se instalavam na cidade desde o

início, executando atividades artesanais/manufatureiras e comerciais. De acordo com Bassanezzi:

Os italianos, em maior volume no conjunto dos estrangeiros no local, eram igualmente maioria em muitos setores e monopolizavam outros. Destacavam-se no comércio de secos, molhados, explosivos e ferragens; eram donos da grande maioria dos açougues e restaurantes; dominavam o fabrico de massas alimentícias e aguardente além dos ramos da sapataria, alfaiataria e relojoaria. Em menor escala, executavam tarefas onde os estrangeiros de outras nacionalidades estavam ausentes: câmbio, funilaria, barbearia etc. Havia, contudo, uma série de outras atividades que não foram de domínio absoluto dos italianos. No setor da ferraria, fundição, fabricação de máquinas, carros, carroças e "trollys" continuavam predominando os de origem germânica; no comércio de armarinhos e fazendas eram os de origem árabe que detinham uma maior participação, apesar de seu pequeno número. Também, não eram maioria entre os proprietários de lavoura de café (os únicos elementos ligados ao setor agrícola arrolados nos Almanques) (BASSANEZI, 1992, p. 48-49).

O desenvolvimento urbano de Rio Claro acelerou-se e o centro da cidade industrializou-se notavelmente com diversos ramos de atividades. A chegada da imigração em massa de imigrantes (tanto para suprir a mão de obra escassa, na cafeicultura, como para trabalhar no comércio e serviços) e a instalação da ferrovia proporcionaram um grande salto de crescimento econômico e desenvolvimento.

A ideologia da ascensão social pelo trabalho, embora geneticamente referida ao colonato, tomou conta também da ideologia operária e urbana e é a melhor evidência de quanto o cativo da terra se estendeu ideologicamente ao mundo fabril que nascia com a poderosa acumulação de capital possibilitada pelo café (MARTINS, 2010, p. 17).

Famílias inteiras emigraram da Itália para o Brasil e mais especificamente se fixaram em Rio Claro, principalmente depois de 1870. Podemos destacar algumas famílias que fundaram indústrias, comércio, ofereceram serviços, construíram prédios e edificações belíssimas, criaram sociedades culturais e esportivas, etc.

Os italianos, embora em menor quantidade, tiveram uma atuação mais significativa e direta no comércio, exemplo são os casos da Casa Castellano, especializada em artigos de alfaiataria, a Casa Farani responsável pelos lançamentos de

novos produtos no mercado local. A Casa Timoni também merece destaque, pois conjugava a indústria e o comércio de artigos de couros e calçados. Essa conjugação das antigas fábricas com as lojas próprias era também uma grande tendência da época, o que também dificulta apresentar um universo quantitativo confiável desses dois setores econômicos, haja vista que a imbricação da indústria e do comércio era muito forte (ORTIGOZA, 2012, p. 83).

Em 1877 é fundada a casa comercial de Affonso Inforzato, em um sobrado construído por ele na Rua 8 em frente à Igreja, no bairro Santa Cruz (Figura 10). Trabalhou por anos neste local, até sua morte em 1892. Após esse fato a casa foi mudando de donos e de nome até em 1920 se tornar propriedade de Emílio de Pilla & Filho ou Casa Pilla. O estabelecimento tinha importância regional e vendiam mercadorias muito variadas: secos e molhados, materiais para construção, armamentos, materiais para agricultura, utensílios para residências, ferragens, etc.



FIGURA 12 - Armazém Afonso Inforzato, Rua 8 com avenidas 10 e 12.

Fonte: Arquivo municipal de Rio Claro – SP.

Atraídos pelo local aprazível e pela capelinha recém - construída, aos poucos, a região foi sendo ocupada, predominando os descendentes italianos ou imigrantes religiosos que provocaram o crescimento do bairro e conseqüentemente, a frequência à Santa Cruz. A partir de

José Castellano foi proprietário de uma das maiores e mais expressivas casas comerciais da cidade, Casa Caetano, Castellano & Cia. Ltda. “Seus depósitos abrangiam uma extensa área da Rua 3, avenida 4, até a rua 2” (PIGNATARO, 1982, p.30). Possuíam diversas atividades comerciais, entre elas, além de casa importadora de diversos produtos de países da Europa, tiveram uma Casa Bancária. Foi proprietário também da indústria de calçados Flora, localizado na Rua 3 com avenida 8, e das Fazendas: Santa Filomena, São José, Santo Urbano em Morro Grande e Tripoli, na assistência.

Grandes armazéns existiam na cidade, como a Casa Vecchiatto de propriedade de Beniamino Vecchiatto que inicia suas atividades em 1902, com a compra de um armazém da família Cerri. Situado na Avenida Nossa Senhora da Saúde, no bairro Cidade Nova, vendiam secos e molhados, gêneros do país e do estrangeiro, produtos para os agricultores como adubo, sementes e implementos agrícolas. Representou um marco importante para a história de Rio Claro, pois era o eixo da vida no bairro Cidade Nova que crescia em torno do armazém e ao lado das oficinas da Companhia Paulista. Pignataro (1988).

Mathias Fina no começo do século XX, montou um armazém de secos e molhados, inicialmente na rua 4, nº 28, entre avenidas 5 e 7 e posteriormente na mesma rua 4, entre avenidas 7 e 9. Foi “um dos maiores atacadistas nos primórdios da história econômica de Rio Claro, do mesmo nível de outros da mesma época” (PIGNATARO, 1982, p. 59), como os Farani, Nociti e Pilla.

Emigdio Venturolli foi sócio de Emílio Nociti aproximadamente em 1896 de uma casa comercial (armazém) em Corumbataí, onde vendiam alimentos, armas, ferragens e bons tecidos quase tudo importado da Itália. Venturolli construiu também o “hotel, armazém, instalou o centro telefônico, foi delegado de polícia, presidente da banda de música de Corumbataí” (PIGNATARO, 1982, p. 96).

José Marciano, médico, nasceu em Durazzano, Itália em 16 de outubro de 1891, se formou na Faculdade de Medicina de Nápoles no ano de 1921, defendendo tese sobre Hematologia. Emigrou para o Brasil no mesmo ano, onde em 1922 casou-se com Maria José de Pilla, rio-clarense. Foi Sócio-Presidente da Sociedade Italiana de Beneficência. Sua grande obra foi a fundação do Hospital Santa Filomena em 1937, que era um “Instituto Cirúrgico”

de concepção avançada para época, na qual tratava moléstias cirúrgicas e gerais.

No setor de serviços podemos destacar algumas famílias de imigrantes que já possuíam uma profissão ou conhecimentos anteriores na Itália.

A família Scarpa era proprietária de uma loja e alfaiataria com vários artigos e confecções denominada Boulevard dês Italiens, em 1878. Localizada num sobrado (o único na avenida naquela época) na avenida 1 com rua 4 e 5. Giuseppe Scarpa o fundador, participou da comitiva que recebeu o Imperador Dom Pedro II na cidade. “Teve influência na vida econômica e social da sociedade rio-clarense daquela época” (Pignataro, 1982, p. 45).

A Família Sciarra cujo patriarca era Francisco Sciarra, eram donos de duas fazendas de café, a Morro Grande em Rio Claro, vendida em 1924 e a Santa Adélia em Limeira, grandes produtoras de café. A segunda considerada a melhor fazenda de café da região, vendida em 1944.

Aristides Giorgi nos primeiros anos do século XX, adquiriu a empresa telefônica de Rio Claro, localizada na avenida 1, esquina com a Rua 7. Depois mudou para a avenida 2, esquina com a rua 4. A empresa se expandiu, e o contato entre as cidades da região foi um grande progresso para a cidade, principalmente entre a zona rural e urbana, pois facilitava os negócios e aproximava as pessoas. PIGNATARO (1982).

Por essa história quando falamos das famílias que atuaram mais diretamente no comércio estamos certamente nos remetendo aos imigrantes que além de apresentarem uma visão de mundo diferenciada e introduzirem um varejo inovador para a época, também criaram demandas por novos produtos, notadamente alimentícios. Assim, os imigrantes têm um papel de destaque tanto como agente ativo nas atividades econômicas da época como uma comunidade diferenciada que trouxe consigo hábitos de consumo dos países de origem. Duas classes que ganharam muita força na sociedade rio-clarense, a classe média (proprietários de pequenas indústrias, comerciantes em geral, tais como armazéns, farmácias, casas comerciais) e um proletariado não muito diversificado (ORTIGOZA, 2012, p. 87).

- Celestino Barsoti, r. 3.
Clemente Mucilo, av. 1.
Comercial, de José Dabronzo, av. 1.
Fenix, de José Alexandre, r. 3.
Miquelina Vignoli, r. 3.
Pedro Lopes, r. 1, av. 7.
Pedro Stein — Estação C. P.
- BAZARES:**
Husni & Marrach, r. 3, 171.
Onestario Negrão, av. 3.
- BILHARES (Salão de):**
Taco de Ouro, de Januario Piriolo & Filho, av. 1, 41.
- CAFÉ (Comissarios e exportadores de):**
Antonio Buchidid — Morro Grande.
Caetano Castellano & Cia., r. 3, 108.
Humberto Casagrande, r. 3, 56.
Irineu Penteado, r. 4, 107.
J. Cassab & Cia. — Morro Grande.
Martinho Piccoli — Morro Grande.
- CAFÉ (Maquinas de beneficiar):**
A. Sylvio Omoto — Corumbatai.
J. Cassab & Cia. — Morro Grande.
Nagib Aily, r. 2.
Salomão Simão, r. 1, 161.
- CAFÉ (Torrefação e moagem de):**
Amandio Cabral — Santa Gertrudes.
Ernesto Schmidt, r. 3, 69.
Luiz Vidal, av. 8, 70.
Paschoal Pirolo, r. 6, 224.
- CALÇADOS (Fabricas de):**
Flora, de Caetano Castellano & Cia., r. 3, av. 8.
João Inforzato, r. 4, 119.
Salvador Monaco, r. 3, 113.
- CALÇADOS (Lojas de):**
Alfredo Karan, av. 1, 44.
Amalio Brienza, r. 2, avs. 6 e 8.
Angelo Mucilo, r. 4, 92.
Angelo Palazzo, r. 8, av. 10.
Arthur Myrsian, av. 1, 10.
Attilio Fiorio, av. 3, 22.
Caetano Castellano & Cia., r. 3, av. 8.
Casa Mattéo, r. 2, 183.
Francisco Cartolano, av. 1, 46.
Irmãos Schlittler, r. 9, 197.
Isac Vasiliades, r. 3, 119.
João Inforzato, r. 4, 119.
Miguel Brienza, r. 2, avs. 2 e 4.
Rodolpho Miller, r. 3, 128.
Salvador Monaco, r. 3, 113.
Viuva Billi Telemaco, av. 1, 42.
- CAPITALISTAS:**
Augusto Stydell, (Dr.), r. 3, 96.
Celso do Valle, r. 6, 114.
Domingos Farani, (Dr.), r. 4, 110.
Eliezer Arnoche de Toledo, (Dr.), r. 6, 124.
Husni & Marrach, av. 4, 20.
Joaquim Alves Penna — Fazenda S. Bento.
Joaquim Martins da Silva, r. 6, 88.
Jorge Winckler, r. 2, 81.
José de Negreiros Rinaldi, (Dr.), r. 6, 99.
Luis Piccoli, r. 4, 91.
Miguel A. Rinaldi, av. 3, 56.
Pedro Marcucci, r. 1, 145.
- Reynaldo Rinaldi, av. 3, 56.
Rosa Castellano, r. 3, 106.
- CARPINTARIAS E MARCENARIAS:**
Antonio Brunini, av. 2.
Augusto Schmidt, r. 1.
Casimiro de Campos, r. 2.
Castano Castellano & Cia., r. 1.
Emilio Casaniga, r. 7.
Irmãos Rossi.
Irmãos Zetareli, r. 4.
J. Palazzo, r. 1-A.
O. Dalosso, r. 1-A.
Samuel Golovaty, r. 2.
- CARROÇAS (Fabricas de):**
Alberto Lassen & Filho, r. 6-A.
Albino Clemente.
Antonio Walter & Filho, r. 2, 157.
Francisco Marchiori & Cia., r. 5, 93.
Guilherme Leonardo Sobrinho, av. 7.
Henrique Hoflingo, r. 8.
João Cais & Filhos, r. 10.
João Foresti, r. 9.
Santo Gobesso — Corumbatai.
- CEREALIS (Exportadores de):**
Alberto Zulske — Corumbatai.
Antonio Baio — Corumbatai.
Carlos Zancheta, — Corumbatai.
João Zulske — Corumbatai.
José Ferreira — Corumbatai.
Sebastião Joia — Corumbatai.
Sylvio Omoto — Corumbatai.
- CERVEJAS E BEBIDAS (Fabricas de):**
Cervejaria Rio Claro Ltda., av. 4.
Domingos Dabronzo, av. 2.
Fidelis Mattéo, r. 5.
Fina & Cia., r. 4.
- CHAPÉUS (Lojas de):**
Francisco Cartolano, av. 1, 46.
Husni & Marrach, r. 3, 110 e 171.
Jorge Hunger, av. 4, 58.
Mattéo & Cia., r. 3, 126.
- CHAPÉUS DE SENHORA (Lojas de):**
Madame Gallo, av. 3.
- CHAPÉUS DE SOL (Fabricas de):**
João Fabris, r. 3.
- CINEMAS E TEATROS:**
Phenix, de Humberto Cartolano, r. 3, 94.
Variedades, de Humberto Cartolano, av. 1, 57.
- COLCHÕES (Fabricas de):**
João de Campos, r. 4, av. 4.
José Caly, r. 2, 174.
- COMISSÕES, CONSIGNAÇÕES E CONTA PROPRIA:**
Ariovaldo Trombe, r. 5, 94.
Arthur Di Guglielmo, av. 4.
Pedro Irmão, r. 3, 49.
- COMPANHIAS, EMPRESAS E SOCIEDADES:**
Central Eletrica Rio Claro, r. 4.
Cervejaria Rio Claro Ltda., av. 4.
Empresa Teatral Luso Brasileira, av. 1.
F. Marchiori & Cia., r. 5, 93.
- CONFEITARIAS:**
André Gaiß, r. 3, 169.
Arthur Lotti, r. 9, 94.
Braz Bello, r. 3, 125.
Carlos Zoega, av. 3, 33.
Hermano Ohelmeyer, av. 1, 55.
Riani & Tomazini, r. 3, 98.
- CONSTRUTORES E ARQUITETOS:**
Augusto Schmidt, r. 1.
Baptista Ratin.
Flavio Santomauro, (Dr.), av. 2.
Irmãos Stein.
João Caly.
Joaquim Rodrigues Jacob.
Luiz Noverte, r. 2, av. 7.
Manoel Carvalho, r. 3, 225.
- CORREARIAS E SELARIAS:**
João Baptista de Castro, r. 5, 98.
José Mamprin, r. 6, av. 2.
Timoni & Irmão, r. 1, 179.
- CORTUMES:**
Piladi Micotti & Cia. — Lavapés.
Timoni & Irmão, r. 1, 179.
- COUROS E PELES (Exportadores de):**
Timoni & Irmão, r. 1, 179.
- CRIDADORES:**
Antonio Monacco de Lucca — Rio Claro.
Antonio Piccoli — M. Grande.
Condessa de Prates — Faz. Sta. Gertrudes.
David Rubini — Rio Claro.
Felicio Vianna — Ipojuca.
José da Silva Bueno — Ipojuca.
Linneu de Paula Machado, (Dr.) — Faz. S. José.
Luiz Piccoli — Morro Grande.
Roberto Amaral Green — Rio Claro.
Rocha & Irmão — Rio Claro.
Viuva Telles & Filhos — Rio Claro.
- DENTISTAS:**
Antonio A. Penteado, r. 6, 122.
Arthur Cianeli.
Carlos Dias, av. 10.
Carlos Machado, r. 1, 160.
Etelvina Machado da Luz, av. 1, 124.
Francisco de Camargo Junior, r. 156.
Gechonias Ferraz Camargo, r. 8, 159.
Gumerindo M. Guimarães, av. 2, 12.
Herculano Canto, r. 4, 127.
Isaura Huppert Frandi, av. 1, 25.
José Cornachione, r. 5, 145.
Joaquim Ribeiro dos Santos.
Juvenal Custodio, r. 5, 131.
Laurindo F. da Silva, r. 6, 103.
Pedro Bento Carlos, av. 2, 50.
Reynold Ribeiro dos Santos, r. 4, 123.
Sebastião Machado da Luz, av. 1, 124.
Virgilio Marques dos Santos, r. 4, 145.
- DENTISTAS (Artigos para):**
Afonso Frandi, av. 1, 25.
Augusto Ohelmeyer, r. 5, 129.
Constantino Frandi, r. 5, av. 2.
- ELETRICIDADE (Acessorios e aparelhos de):**
Angelo Corso, r. 3, 165.
Irmãos Santomauro, av. 2.
Mauá Eletrica S. A., av. 1, 54.
- ENGENHEIROS:**
Augusto Schmidt Filho, (Dr.), r. 1, 129.
Eugenio Romano, (Dr.) — Corumbatai.

FIGURA 14 - Almanak Laemmert sobre os comércios de Rio Claro.

Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=118115&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>.

Além de todas essas contribuições dos imigrantes italianos, podemos destacar a presença das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, grande grupo empresarial paulistano que em 1939 inaugurou uma fábrica têxtil, no bairro Vila Paulista, em Rio Claro. Utilizando máquinas vindas da Itália e com maioria de funcionários do sexo feminino, num total de 808 operários.

Na fábrica de Rio Claro existia apenas o processo de tecelagem, dele se obtendo cerca de 2 milhões e 400 mil metros de tecido cru por mês, sendo que os processos de fiação, alvejamento, tinturaria e estamparia ocorriam nas fábricas de Ribeirão Preto e Sorocaba (HUMMEL, 2006, p. 102).



FIGURA 15 - Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, abriga hoje o Shopping Center Rio Claro. Data provável da foto: década de 1950.

Fonte: Acervo do Arquivo Público e histórico de Rio Claro.

Os pequenos anúncios publicados nas últimas páginas da obra de J. Romeu Ferraz (quase duzentas) incluem cerca de setenta italianos ou descendentes seus: lá estão as alfaiatarias de Petti, Cartolano, Camparatto, Farina, Linardi, Buttulo; as agências de automóveis de Brunini e Pezzotti; as barbearias de Tebaldi e Fabri; o curtume e a selaria dos Timonis; a fábrica de chapéus dos Benettis; a fábrica de sabão de Buschinelli; os armazéns dos Mondinis; a loja da família De Matteo; os hotéis de Marcucci, Muccillo Ciarrochi e Padula; a casa de louças e cristais de Januário Pezzotti; a cocheira de Giacomo Crepaldi; os marmoristas Federigi e Peragallo; a marcenaria de Victório

Zottarelli; as massas alimentícias de Mecatti e Bonini; as farmácias de Serafini, Toniolo, Colonese e Minervino; as padarias de Felício Pelli e Marcucci & Pegaia; as sapatarias de Mamprini, Fiori, Mucillo, Billi e Lazarini, - anúncios que documentam a importância da contribuição italiana na vida de Rio Claro de 1922 (TROPPIAIR, 2008, p. 73).



FIGURA 16 - Vista aérea de Rio Claro na década de 1950.

Fonte: Acervo do Arquivo Público e histórico de Rio Claro.

3.1. CULTURA, CATOLICISMO E O ESPORTE

A ‘Società Italiana di Beneficenza’, mais conhecida como Sociedade Italiana, fundada em 10 de outubro de 1894, está entre as quatro mais antigas do país e juntamente com a Japonesa foram as únicas que restaram no município. Nascida da necessidade de manter os italianos imigrados unidos sob um teto, que para eles representava um pedaço da terra natal. Desde que foi fundada, sempre procurou manter um plano de atividades que promovesse, sobretudo, a cultura italiana. Aprovaram um estatuto que oferecia o ensino da língua italiana e também atividades lúdicas e beneficentes. Sua primeira sede

foi uma modesta sala na Rua 3 em frente à antiga Casa Castellano (de propriedade de italianos como já citamos), cedida por um de seus fundadores Raffaele Minervino.

Em pouco tempo quase todos os italianos que moravam em Rio Claro e nas fazendas da cidade eram sócios da Sociedade. Com o aumento de associados foi necessário comprar uma casa com instalações mais amplas, na Rua 8 com avenida 8, no bairro Santa Cruz, região onde residia e tinha seus negócios a maior parte dos italianos de Rio Claro.

Com o crescimento acelerado, compraram terreno Rua 3, Avenidas 3 e 5, lugar central e aristocrático, por muitos décadas, receberam a sociedade rio-clarense para atividades de lazer, cultural e social. Se fixou em 1957 na Rua 4 nº 1334 devido a um pedido da Câmara Municipal para que cedesse o local nobre onde estavam fixados para construir o Paço Municipal.

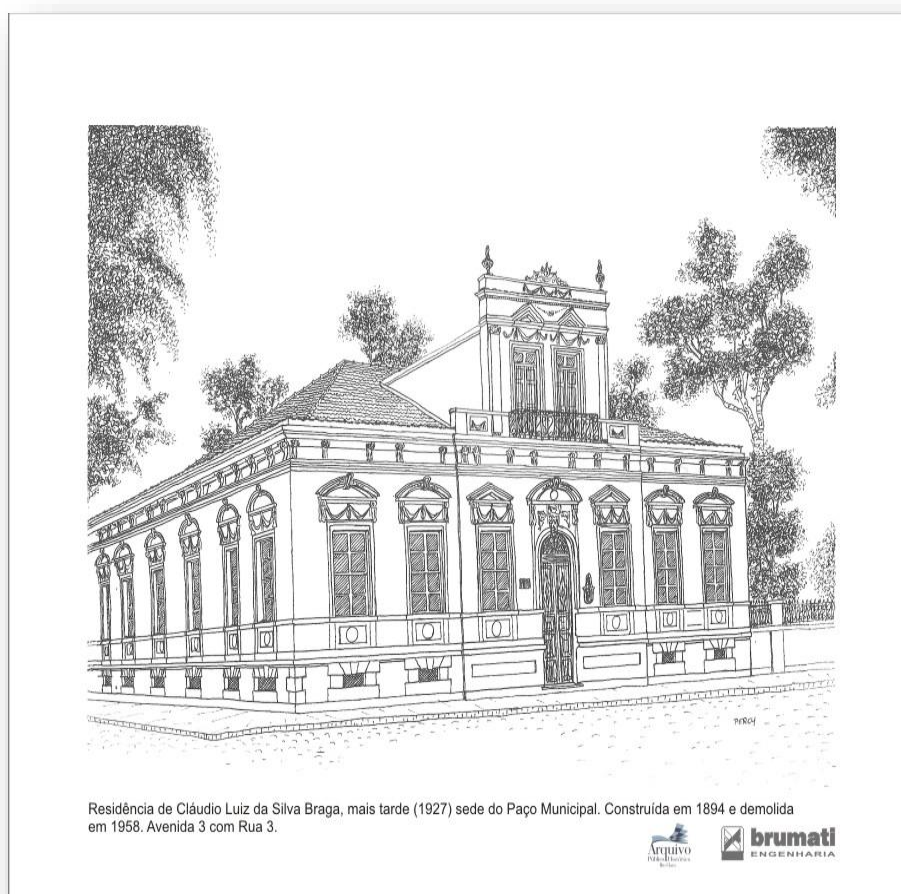


FIGURA 17 - Antigo Paço Municipal.

Em 2007 ocorreu a troca de parte do terreno para a construção de um edifício “Sociedade Italiana” preservando a fachada e parte do prédio antigo, e usufruindo de um salão novo e moderno na parte térrea do edifício.



FIGURA 18 - Fachada da Sociedade Italiana.

Fonte: Meirelles; 2016.

Em 1927 foi inaugurada na Praça “XV de Novembro” a belíssima escultura em mármore denominada “Concórdia” (Anjo da Concórdia). Uma homenagem da Colônia Italiana ao Centenário da cidade de Rio Claro. Escultura em mármore doado pela Colônia Italiana, como homenagem ao centenário da cidade em 1927. A escultura em mármore sobre uma barca lembra que os 1º Italianos que atravessaram o oceano aqui apostaram.



FIGURA 19 - Anjo da Concórdia com perspectiva frontal.

Fonte: www.visiterioclaro.com.br.

Carta escrita pela Colônia Italiana de Rio Claro de 1927 entregue ao Prefeito e Vereadores da época sobre a entrega do Anjo da Concórdia na cidade de Rio Claro.

“Excelentíssimo Senhor Prefeito e Vereadores da Resp. Câmara Municipal de Rio Claro

A Colônia Italiana de Rio Claro, participando jubilosamente ao Primeiro Centenário de Rio Claro, resolveu oferecer uma estátua à cidade, para que fique eterno testemunho dos férreos laços que unem os elementos italianos e brasileiros e que sempre cooperaram com perfeita harmonia de vistas para o progresso local. Essa estátua recordará e indicará aos posterios a concórdia que, sempre soberana deve reinar entre os nossos elementos. A estátua, em mármore de Carrara, trabalho de arte, feito na Itália, mede 1.90m de altura,

com uma base de 0,53 x 0,58, será colocada sobre uma base de pedra granito de 0,50 de altura, e representa o Anjo da Concórdia sobre uma barca, o que lembra os primeiros italianos que, atravessando o oceano, aqui aportaram para mais estreita e preducente colaboração. A Comissão encarregada formula o presente requerimento para que o Exmo. Sr. Prefeito se digne designar o local em nosso Jardim Público, onde a estátua deve ser colocada, assim como providenciar para que seja feito um canteiro ao redor do local designado.

Apresentando à V. Exma. as nossas homenagens e E.R.M. subscrevem-se pela Colônia Italiana de Rio Claro

Presidente Honorário da Societá Italiana Beneficenza

Presidente Effectivo da Societá Italiana Beneficenza

Agente Consular da Itália em Rio Claro

Conselheiro da Societá Italiana Beneficenza

Rio Claro, aos 15 de junho de 1927”.



FIGURA 20 - Anjo da Concórdia com vista geral.

Fonte: Acervo do Arquivo Público e histórico de Rio Claro.

A religião católica foi uma das heranças que os imigrantes italianos, trabalhadores, padres, comerciantes etc, ajudaram a fortalecer participando da construção da nova Igreja Matriz, por exemplo, construída em 1869, da Santa Cruz em 1853 e da Boa Morte em 1865. “As igrejas compunham um cenário à parte no cotidiano e possuíam papel central enquanto espaço de sociabilidade da população” (SANTOS, 2012, p. 36).

Muitos foram os sacerdotes italianos que vieram para o Brasil e também para Rio Claro, como os Padres Francisco Botti, Alexandre Grígolli, Henrique Adami, Albino Sella, João Batista Pelanda, José Tondini e João Consolaro.



FIGURA 21 - Igreja e Praça da Santa Cruz.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/26655418@N03/4156636772/in/album-72157608463433233/>.

Desde 1895, a Capela da Santa Cruz estava sob responsabilidade da irmandade da Nossa Senhora do Carmo, com dificuldades, é claro, de padres para presidirem os cultos, preocupando sobremaneira o Padre Francisco Bótti de origem também italiana, que providenciou a vinda em 1910 dos Missionários da Congregação de São Carlos, que aqui chegaram para dar início à tarefa, principalmente, para cuidar

dos patrícios. Tendo a diretoria da Irmandade do Carmo concordado, estabeleceram-se nas dependências da própria capela quase com meio século, atendendo fazendas, sítios, colonos e mantendo uma escola de catequese. Ficaram aqui até 1.914/1.915 sendo testemunhas do lançamento da pedra fundamental da torre da Capela. A esta altura, a Igreja já se tornara um ponto de referência obrigatória para colonos italianos de Rio Claro e de toda redondeza, propiciando a formação ao seu redor de um bairro marcado pela cultura italiana, robustecida alguns anos depois, com a vinda dos estigmatinos (CHRISTOFOLETTI, 1992, p. 7-8).

Uma das referências educacionais do município de Rio Claro, o Colégio Bilac, fundado pelo italiano Arthur Luchini Bilac em 1912, o Colégio inicialmente funcionava no prédio da escola “Professor Armando Bayeux da Silva” na Avenida 5 entre Ruas 5 e 6. Fez parte da vida dos rio-clarenses e deixou marcas inesquecíveis em alunos, professores e funcionários. Em 1921 a escola foi reorganizada por Arthur e se transforma em Instituto Comercial de Rio Claro, filiado ao Instituto Comercial do Rio de Janeiro, com internato e externato. Em 4 de agosto de 1941 aos 54 anos morre Arthur Bilac e seus filhos assumem seu legado de ensino profissional.



FIGURA 22 - Colégio Arthur Bilac.

Fonte: Jornal Cidade.

Numa noite de agosto de 1910, em frente à Casa Castellano na esquina da rua 3 com avenida 4, surgiu a ideia do português Venancio Baptista Chaves numa conversa com Miguel Angelo Brandoleze, Miguel Ferrari e Amadeu Rocco criarem um Clube de Ciclismo chamado Velo. Mas só no dia 28 de agosto do mesmo ano na casa de Brandoleze, (Rua 1, avenidas 4 e 6) fizeram uma Assembléia que oficializou a fundação do Velo Clube Rio-Clarense.

A presença de sobrenomes italianos é também notável: Marconi (aparecendo duas vezes), Brandoleze e Billi. Ver-se-á a seguir que alguns destes nomes identificados (Miguel Ângelo Brandoleze, Venancio B. Chaves, Alaimo e Samuel Macedo) vão fazer parte da história de outros clubes na cidade de Rio Claro (TONINI, 2006, p. 30).



FIGURA 23 - Inauguração do Velo Clube Rioclarense.

Fonte: Acervo do Arquivo Público e histórico de Rio Claro.

A inauguração oficial aconteceu em 18 de dezembro de 1910 na recém construída pista de 240 metros de extensão em um terreno cedido pela prefeitura onde hoje é a Escola Estadual Joaquim Ribeiro. Entre os fundadores estavam: Alberto Lassen Filho, Venancio Baptista Chaves, Cezarino Giorgi, Alfredo Minervino, Antonio Baccari, Nicolino de Aloizio, Antonio Giovannini, Humberto Linardi e Sylvio Angrisani (FITTIPALDI, 1985, p. 3-4).

Somente em 1920 é que começou a prática do Futebol devido a Felício Castellano e Aldino Tebaldi (italianos ou descendentes) com o clube passando a chamar-se associação Esportiva Velo Clube Rio-Clarense. Segundo Santos:

Com o passar dos anos os italianos ali estabelecidos passaram a figurar ao lado dos alemães como um dos grupos imigrantes mais importantes, mas já os suplantando em número. Inseriam-se gradativamente nos quadros administrativos da prefeitura, em profissões liberais e outras áreas, como com a criação do Velo Clube [...] (SANTOS, 2000, p. 120).



FIGURA 24 - Time do Velo de 1923.
Fonte: www.veloclube.com.br.

Em 1934, Humberto Cartolano, imigrante italiano, inaugura a rádio PRF-2, com a locução de João de Scantimburgo, era dirigida por Valdemar Cartolano e depois por Francisco Cartolano Filho. A rádio trazia atrações

musicais ao vivo, abrindo espaço para músicos locais. Com Francisco se tornou conhecida no Brasil pela promoção de shows dos artistas mais famosos da Rádio Nacional. “Grandes locutores esportivos transmitiram jogos do Velo e Rio Claro, como Blota Junior, Geraldo José de Almeida, Murilo Antunes Alves, Pedro Luiz, Homero Silva” (MARQUES et al, 2012, p. 224).



FIGURA 25 - Sede da Rádio PRF- 2 ao fundo.

Fonte: Acervo do Arquivo Público e histórico de Rio Claro.

Nico Padula, de origem italiana, era um alfaiate quando decidiu abrir o primeiro cinema em 1938. O Cine Tabajara, localizado na Rua 1 esquina com avenida 22 foi um dos 27 empreendimentos cinematográficos construído pela família Padula, sendo inaugurado no final de 1950. Era o sétimo cinema do município construído pela família e um dos símbolos da época. O cinema tinha lugar para 1000 pessoas sentadas, além de ter um ambiente social de 600 m², com lanchonete, sorveteria, bar e café. Suas atividades foram encerradas em 1992” (MARQUES et al, 2012, p. 238).



FIGURA 26 - Cine Tabajara.

Fonte: Acervo do Arquivo Público e histórico de Rio Claro.

A professora de pintura Lúcia Cereda de Lima nasceu em 1865, de origem italiana foi a responsável por inaugurar a Segunda Escola de Desenho e a Primeira de Pintura em 1913. Em 1923 produziu a tela “O samba no Largo do São Benedito” preservando a memória local dos negros que realizavam um batuque todos os anos para comemorar o dia 13 de maio. Três anos depois para comemorar o centenário da fundação de Rio Claro, produziu a tela “Primeira Missa no sertão do Ribeirão Claro”. Ela conhecia diversas técnicas que executava com competência e requinte, na qual compartilhava com suas alunas até 1948 quando a escola encerrou as atividades (MARQUES et al, 2012, p. 212).



FIGURA 27 - Tela “O samba no largo São Benedito” de 1923

Fonte: Acervo do Arquivo Público e histórico de Rio Claro

A gastronomia é uma das grandes influências da colônia italiana no sul e sudeste do Brasil, o estado de São Paulo consome metade das pizzas produzidas no país. Rio Claro devido a maciça presença de italianos, a cidade possui mais de 70% da população com ascendência italiana, absorveu a cultura da “Bota” e além do consumo de Pizzas que é grande, as residências e restaurantes dos rio-clarenses apreciam e oferecem respectivamente, Gnochis, Lasagna, Canneloni, Spaghetti, Cappelletti, etc, e no Natal predomina o Panettone de Milano, mundialmente conhecido. Temos as festas das Nações (TROPPEMAIR, 2008, p. 70).

4. FAMÍLIAS ITALIANAS E A CIDADE

Para concretizar a nossa análise foram realizadas entrevistas com representantes de três famílias de descendentes de italianos, que chegaram no período conhecido como “grande imigração” (1870-1920), com grande fluxo de italianos para o interior de São Paulo, pois eles representavam 42% dos imigrantes que entraram no país nesse período segundo o IBGE. São muitas famílias italianas pesquisadas em nosso estudo, mas para produzir as entrevistas foram escolhidas aquelas que tínhamos maior contato e possuíam material como: fotos, documentos etc, para enriquecer e concretizar nosso trabalho

Como toda fonte histórica, as entrevistas são pistas para se conhecer o passado, como todas as fontes históricas. As pistas são relatos do passado, portanto o passado existiu independente delas, mas hoje ele só pode existir por causa das pistas.

No final deste estudo foram colocados os Termos de anuência prévia para a realização do projeto, dos descendentes entrevistados na qual estão colocados em anexo na monografia (Anexo I).

FAMÍLIA CARLOS



FIGURA 28 - Antonio Carlos.

Fonte: Acervo Pessoal de Adriano Carlos Meirelles.

Valdir Pavan nascido em 1947 é neto de Antonio Carlos (o patriarca da família) e nosso entrevistado. Antonio Carlos, filho de Nicodemo Carlos e Joana de La Rosa, nasceu em 1896 em Campobasso, Itália. Em 1906 aproximadamente depois do seu pai ter brigado com um ladrão de ovelhas, ter batido na sua cabeça e o amarrado, com medo de futuras complicações, pegou sua família e partiu para um porto (não identificado pelo entrevistado) e subiu no primeiro navio que partia da Itália. Coincidentemente esse navio vinha para o Brasil, para o porto de Santos, onde lá descobriram trabalho na Assistência, distrito de Rio Claro - SP, então partiram rumo ao interior o casal e cinco filhos.

Chegaram sem documento algum, ficaram todos na Europa. Valdir conta que o sobrenome original era Cala e quando foram fazer os documentos na qual precisavam, o sobrenome foi alterado para Carlos, talvez um erro de interpretação da língua ou escrita italiana na época.

Desde então trabalharam de empregado para proprietários de terra, sendo que só seu avô Antonio Carlos que depois de adulto comprou terras na própria Assistência. Casou-se com Catarina Russo em aproximadamente em 1916. Os seus irmãos aos poucos foram indo embora para outras cidades. O Nono e a Nona como Valdir chamava seus bisavôs também ficaram em Rio Claro, morando no bairro de São Benedito.

A atividade econômica do Sítio nessa época era a venda de cal virgem, extração da pedra calcária. “Tiravam a pedra, queimavam e extraíam o cal virgem na qual depois transformava em cal hidratado”, o mesmo usado em construção civil. Havia uma pequena lavoura para consumo da família, com plantação de milho e outras hortaliças.

Em meados de 1948/49 Antonio Carlos vendeu a propriedade na Assistência e comprou uma fazenda em Jaguapitã no estado do Paraná, chegou sozinho nas terras, depois chegou seu filho Antonio Carlos Filho (Titico) e seu filho de criação Moacir. “Ficaram um tempo desbravando a área, mas depois houve invasão de grileiros e tiveram sumir de lá”. Para não perder o investimento, Valdir relata que Antonio Carlos reclamou para o estado, porque as terras eram título do estado do Paraná, então o estado deu outros títulos para ele em outra região, no município de Colorado. Valdir conta emocionado, com voz embargada que Antonio Carlos “passou 8 dias entrincheirado e despejando bala, para ninguém matar ele” no município de Colorado - PR. Ele fez uma trincheira na beira do rio Pirapó e lá ele ficou oito dias dentro, não saía nem para fazer necessidade, sozinho.

Seu filho Antonio (Titico) veio embora para Assistência, casou, teve dois filhos e em 1952 voltou para fazenda em Colorado com a família. Anos depois seu outro filho e sua filha com os cônjuges e filhos também foram morar na fazenda.

As atividades econômicas da fazenda eram muito diversificada, existia a produção de tijolo, telhas, a plantação de café, criação gado e na época, “a corrida do ouro”, que era o hortelã, muito rentável. Em 1955 e 1956, “Aqueles tempos o plantio era completamente diferente de hoje, era ruas largas, o café nas covas. Então se usava toda terra do café pra você fazer outra plantação no meio. Então você plantava milho, você plantava algodão, você plantava muita coisa no meio da lavoura de café até o pé crescer”. A única lavoura que não podia plantar no meio do café era hortelã, não sabia ao certo porque, talvez porque era plantado em rama, diz Valdir. Todas as plantações eram orgânicas, não usava adubo e nem qualquer tipo de defensivo agrícola.



FIGURA 29 - Antonio Carlos na sua fazenda em Colorado - PR.

Fonte: Acervo Pessoal de Adriano Carlos Meirelles.

Não possuíam empregados, o que se tinha eram “terceiros”, eles produziam numa determinada área e pagava um terço da colheita para o dono da propriedade. Durante todo ano, não só Antonio Carlos, mas os fazendeiros da região, fornecia os alimentos para as famílias que trabalhavam como terceiros na fazenda. Tinha uma espécie de armazém que era marcado os produtos alimentícios que as pessoas consumiam, e depois, na colheita descontavam dos trabalhadores. Havia muitos trabalhadores nordestinos e apenas um europeu da antiga Iugoslávia que trabalhou na fazenda.

Valdir lembra que as coisas mais impressionantes que eles possuíam de moderno era um rádio a pilha (do tamanho de um tijolo), uma geladeira à querosene, um jipe e um trator.



FIGURA 30 - Trabalhadores na Fazenda em Jaquapitã - PR. No círculo Antonio (Titico).

Fonte: Acervo Pessoal de Adriano Carlos Meirelles.

Na região também apareceu grileiros que queriam tomar terras, inclusive Urbano Conduta, italiano de Rio Claro - SP, teve terras em Colorado, na qual Antonio Carlos o ajudou constituir fazenda.

Em 1962 Antonio Carlos vendeu a fazenda por 25 milhões de cruzeiros, dava para comprar na época 50 caminhões Mercedes no valor de 500.000 mil cruzeiros cada. Resolveu voltar para Rio Claro e quando chegaram na cidade acharam duas casas por acaso no bairro Santa Cruz, reduto dos italianos, na Rua 8 entre avenidas 10 e 12 para vender e as comprou, elas pertenciam a Dito Coladete. Investiu em algumas casas na Vila Olinda para alugar e outros investimentos. Ele era bastante conhecido dos fazendeiros e autoridades da cidade na época, era uma figura folclórica pelo seu jeito de viver. Faleceu no ano 1983 em Rio Claro - SP.

Um fato curioso sobre Antonio Carlos, era que todos o conheciam como Nicodemo, nome de seu pai, pois quando se referiam a ele quando era jovem, falavam olha o Antonio do Nico, então em homenagem a seu pai, acabou adotando o nome de Antonio Carlos Nicodemo, que consta abaixo em sua carteira de motorista (Um documento oficial). Mas naqueles tempos a palavra tinha valor e acabaram acrescentando Nicodemo em seu nome completo.

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO
EXPEDIDA PELA DIRETORIA DO SERVIÇO DE TRÂNSITO
DO ESTADO DE SÃO PAULO

N.º 6.119 1ª. VA Prontuário N.º 6.824

Nome ANTONIO CARLOS NICODEMO

Nacionalidade italiana naturalidade Campo Basso

Nascido a 3 de abril de 1896 estado civil casado

Côr. branca Cabelos cast. art. de identidade N.º 2.425 mod 120

Olhos cast. exame prestado em 10 de fev. de 1966

para dirigir aut. de passageiros. AMADOR

OBSERVAÇÕES: Exame médico válido até 24-5-1966.
USA OCULOS.

Rio Claro 10 de fevereiro de 1966

Assinatura da Autoridade que expede a carteira
Gilberto Perin

Assinatura Portador
Antonio Carlos Nicodemo

FIGURA 31 - Carteira de habilitação de Antonio Carlos.

Fonte: Acervo Pessoal de Adriano Carlos Meirelles.

FAMÍLIA PALAZZO

Antonio Carlos Marques Palazzo (Tony), nascido em 09 de junho de 1960, é meu entrevistado para relatar a história de seu avô, Angelo Palazzo, imigrante italiano, e da família.

Antonio destaca que seu avô desde muito jovem trabalhou na Fábrica de Calçados Flora, fundada em 1908 de propriedade de Antonio Hoffman que foi comprada pela firma de italianos Caetano, Castellano & Cia, onde funcionou até 1950. Adquiriu grande experiência, tornando-se um brilhante profissional em cutelaria e na confecção de calçados

Em Campobasso, Itália no dia 20 de fevereiro de 1898, nasceu Angelo Palazzo, filho de Nicola Palazzo e Dona Emilia Thomazini. Chegou em Rio Claro com cinco anos de idade junto com seu irmão Giuseppi, depois nasceram seus outros irmãos: Domingos, Maria e Carolina.

Em 1 de novembro de 1920, Angelo inaugura, a Sapataria dos Operários e Fábrica de Calçados, localizada na rua 7, esquina com avenida 10. Eram fabricadas excelentes botas, famosas pela durabilidade, em “couro de veado” com rinchadeira, muito macias, famosas na região. Antonio lembra que seu avô era muito brincalhão, alegre e comunicativo, “fazia mágicas e outras brincadeiras”. Na loja pedia ao freguês que deitasse no balcão para tirar as medidas das botas, e quase sempre em meio às gargalhadas dos presentes.

Ao passar dos anos Angelo contratou novos empregados e aprendizes na confecção de botas, pois era grande o volume de encomendas. Alguns funcionários se destacaram por sua competência, dentre eles: Miguel Cesar, Pedro Sardelli, Carlos Simonetti, Alexandre Salvo, José Rossi, Ana Pagano, margarida Marongoni, Antonieta Gasbarro, Esmeralda Spiller (pespontadeiras), Alfredo Colabone e Ademar Bianchini (balconistas).

No dia 23 de abril de 1923, Angelo Palazzo casa-se com Dona Arminda Nobre Franco, natural de Corumbataí, filha de Alcebíades nobre Franco e de Dona Maria Zarnoff. Da união matrimonial nasceu Jamir (comerciante), pai do nosso entrevistado, casado com Dona Maria Odneia Marques;

Evaldo (comerciante), casado com Maria Natividade Polezze; e Yolanda (professora da rede estadual), casada com Jamil Chadad (funcionário público estadual).

Rio Claro
5757998

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

DISTRICTO, MUNICIPIO E COMARCA DE RIO CLARO

Certidão de Casamento

Numero...65... *Fs 106 verso,...*

CERTIFICO que no dia vinte e oito do mez de Abril do anno de 1923,....do anno de 1923, ds 14 horas, neste districto de Rio Claro perante o Juiz de Paz e de Casamentos deste districto o Doutor Joaquim Teixeira das Neves Junior,.....depois da habilitação legal, conforme a lei, receberam em matrimonio no regimen commum o cidadão Angelo Palazzo, italiano,.....e Dona Arminda Nobre Franco, brasileira,.....Elle com vinte e cinco,....annos de idade solteiro,.....natural da provincia de Campobasso, nascido aos vinte de Fevereiro do anno,.....de 1898, profissão Comerciante,.....residente nesta cidade,.....filho legitimo....de Nicola Palazzo e de Dona Emilia Thomazihi Palazzo,.....Ella com vinte annos,.....annos de idade solteira,.....natural desta cidade,.....nascida aos tres de Agosto do anno de 1902,.....de prendas domesticas,.....residente no bairro Corumbatahy, neste districto,.....filha legitima....de Alcebiades Nobre Franco e de Dona Maria Zornhoff Franco,.....como tudo se vê do acto lavrado e assignado no livro competente numero 20, ao qual me reporto e dou fé

Cartorio de Paz do Districto de Rio Claro, em 8 de A G O S T O de 1929

O Official do Registro Civil,

Para fins eleitoraes,.....
Observações isento de sellos na forma da Lei,.....
O Official *Carla Amundt*

Figura 32 - Certidão de nascimento de Angelo Palazzo.

Fonte: Acervo pessoal de Antonio Carlos Marques Palazzo.

Na mesma época a empresa se transferiu para outro prédio do bairro “Alto da Santa Cruz”, em salão comercial bem amplo e confortáveis

instalações, localizado na Rua 8, com avenida 10. Antonio (Tony) enfatiza que com o passar do tempo “se tornou um local de encontro e reuniões entre políticos, de autoridades e munícipes que depois seguiam para o bar do Sacy”, na outra esquina diagonal a loja. Angelo era muito ligado a política da cidade e tinha muitos amigos e conhecidos que participavam dela.



FIGURA 33 - Jamir Palazzo em frente à Casa Palazzo.

Fonte: Acervo pessoal de Antonio Carlos Marques Palazzo.

Em 21 de março de 1965, aos 65 anos, Angelo Palazzo falece na Santa Casa, devido a uma gastrite atrófica hemorrágica. Poucos dias depois, o deputado estadual e amigo de Angelo, José Felício Castellano “o Gijo” presta uma homenagem que foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e transcrita na edição de 30 de março do Jornal Diário de Rio Claro do mesmo ano:

“O jardim, a paisagem, as flores, continuarão a enfeitar o Largo de Santa Cruz, a pessoa partiu. Foi prematuramente. Talvez Deus, não querendo entristecer as flores, fez com que a partida fosse inesperada...sim, não choram, mas quando perdem um amigo ao cair do orvalho, transformam-se em lágrimas e com a carícia de seu perfume o remetem à terra com mensagem de saudade. E assim até as flores do Largo de Santa Cruz, chorarão a falta de Angelo Palazzo”



**FIGURA 34 - Família Palazzo - Da esq. para direita,
em pé: Jamir, Yolanda, Evaldo.**

Sentados: Dona Arminda e Angelo Palazzo.

Fonte: Arquivo Pessoal de Antonio Carlos Marques Palazzo.



FIGURA 35 - Fachada da antiga Casa Palazzo.

Fonte: Meirelles; 2016.

FAMÍLIA TIMONI

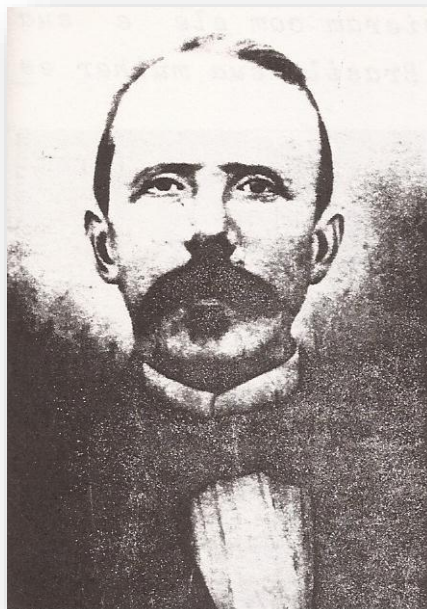


FIGURA 36 - Maurício Timoni.

Fonte: Acervo do Arquivo Público e histórico de Rio Claro.

Sergio Luiz Timoni Rodini, nascido em 1 de maio de 1948 em Rio Claro - SP, é meu entrevistado para contar a história da família e de seu bisavô Maurício Timoni, imigrante italiano.

Em 1850 na Vila de Maerne, da comuna de Martellago, na província de Veneza, região do Vêneto nasceu Maurício e sua esposa Tereza, casaram - se em 1870 e tiveram sete filhos: Antonio, Carlota, Elisa, João, José, Margarida e Umberto (único nascido no Brasil). Sergio conta que toda família emigrou para o Brasil em 1887, na qual se estabeleceram em São Pedro-SP, local onde nasceu o sétimo filho de seu bisavô. No nascimento deste último Tereza morreu no parto, e dois anos depois em 1889 morreu Humberto, que foi sepultado no jazigo em São Pedro junto com a mãe.



FIGURA 37 - Tereza Timoni.

Fonte: Acervo do Arquivo Público e histórico de Rio Claro.

Triste com a fatídica morte de sua companheira, Mauricio muda-se com seus filhos para Rio Claro, sendo que Elisa sua filha de dezesseis anos assume as responsabilidades da casa, cuidando das coisas e dos irmãos.

Maurício fundou em 1887, talvez a primeira tecelagem da cidade, que foi instalada à rua 6, nº 40, e depois transferida para a rua 1, esquina da avenida 6 em 1920. Sendo que em 1905 ocorre o seu falecimento, encerrando as atividades. Sergio conta que seu bisavô foi um dos fundadores da Sociedade Italiana, junto com Antonio Padula e Paschoal Giovanni, também imigrantes, como consta na Ata de Fundação. Disse que juntos eram um grupo atuante e integrados na comunidade rio-clarense, e que buscavam ajudar a desenvolver economicamente e socialmente a cidade.

Em 1901 começou a funcionar uma selaria e fabrica de chinelos no mesmo local, onde tiveram grande importância devido a serem fornecedores direto nas fazendas, incluindo as grandes propriedades da época como a Fazenda Guatapará, do Conselheiro Antonio Prado. Logo após a morte de Mauricio, seus filhos organizaram uma sociedade comercial chamada Timoni, Irmãos & Cia. Ltda que faziam parte João, Antonio e José Timoni (faleceu em 1919). Além da selaria, a família no geral, eram proprietários de duas Indústria

de Calçados onde desenvolveram o ramo de calçados de couro e também três curtumes, dois em Rio Claro e um na cidade de Limeira - SP. O curtume da Cidade Nova foi construído em 1907 e abastecia em matéria prima as fábricas da família.



FIGURA 38 - Prédio original da antiga selaria e fábrica de chinelos Timoni, na rua 1, esquina da av. 6. Data da foto: 1944.
Fonte: Acervo Pessoal de Sergio Luiz Timoni Rodini.

A Timoni, irmãos & Cia era uma das mais importantes sociedades comerciais da cidade no início do século XX, junto com a Cia. de Calçados Flora, fundada em 1908 e de propriedade da família Castellano e da família Hoffmamm.

Esta sociedade existiu até por volta de 1937/1938, quando houve a separação ficando Antonio Timoni, com seus filhos Nelson, Nilo e seu genro José Rodini na empresa Timoni, Irmãos & Cia Ltda. na Rua 1 com avenida 6, e seu irmão João Timoni com seu filho Mauro e seus genros Oreste A. Giovanni e Djalma de Azevedo Pinheiro, com uma empresa similar estabelecida na Rua 2, esquina com a Avenida 4.



**FIGURA 39 - Prédios onde funcionava o antigo
Curtume de Mauro Timoni, na rua 6-B, Cidade Nova.
Fonte: Acervo do Arquivo Público e histórico de Rio Claro.**

Em 1938, o filho de João, Mauro Timoni, fundou uma fábrica de sapatos e também instalou um curtume, no bairro Cidade Nova, perto de um curtume que já havia sido instalado, por seu primo Nelson Timoni, o qual também abastecia a selaria da família. Essas propriedades foram desativadas nas décadas de 1960 e 1970.

Com o falecimento, em 1962 de Antonio Timoni, a empresa continuou ativa com os sócios remanescentes, até o ano de 1966, quando ocorreu o desmembramento, cabendo ao sócio Nilo Timoni, a indústria de calçado, ao sócio Nelson Timoni, o curtume e ao sócio José Rodini, a selaria e o estabelecimento comercial.



FIGURA 40 - Fachada da Casa Timoni.

Fonte: Meirelles; 2016.

José Rodini constituiu uma nova empresa, Rodini & Cia Ltda., mantendo o nome fantasia “CASA TIMONI”. Em 1973, seu filho Sergio Luiz Timoni Rodini, nosso entrevistado, que desde o princípio prestava seus serviços, passou a fazer parte da sociedade. Em 1982 foi criada uma filial na cidade de Araras, que permanece até hoje, em prédio próprio na Avenida Washington Luiz, 620. José Rodini, permaneceu na empresa até o ano de 1984 quando cedeu suas cotas ao seu filho José Carlos, não deixando, entretanto de participar com sua experiência e conhecimento, na orientação dos filhos, ainda por muitos anos.

No prédio da Rua 1 com avenida 6, reformado e ampliado, permanece até hoje a loja comercial da família, de Rodini & Cia. Ltda (no início, dirigida pelo genro de Antonio Timoni, e hoje por dois de seus netos). Nos fundos dessa loja existe uma pequena fábrica de confecções sob encomenda, que ocupa quatro funcionários e produz bolsas e sacolas de plásticos e lona, e capas para os mais diversos objetos, inclusive piscinas, etc.



CASA TIMONI

Aproveite por mais tempo sua piscina evitando a perda de calor com a capa térmica

Fabricamos para todas medidas e tipos de piscina

**Capa Térmica em plástico bolha UV
espessura 280 micras.
Preço para piscina 8 X 4 R\$ 465,60.**

www.casatimoni.com.br

e-mail: vendas@casatimoni.com.br

Rua 1, 1375 - Centro - Rio Claro - Fone/Fax: (19) 3534.2644
Av. Washington Luiz, 620 - Centro - Araras - Fone: (19) 3541.2511

FIGURA 41 - Anúncio publicitário, setembro de 2016.

Fonte: Jornal Cidade.

Sergio relembra que seu tio avô, João Timoni foi um dos fundadores da Associação Comercial de Rio Claro, sendo o primeiro Vice – Presidente, na gestão de Humberto Cartolano, também imigrante italiano, um dos fundadores e primeiro Presidente. E na Sociedade Italiana de Beneficência, foi por mais de quinze anos Presidente e Diretor, onde depois da primeira guerra mundial de auxílio a grande número de famílias italianas que naquela ocasião, imigravam para o Brasil.



FIGURA 42 - A diretoria da ACIRC em 1937 reunida com o prefeito, somando esforços dentro do clima de guerra em que viviam. Em pé, da esq. para dir.: Sólon Rego Barros, Oscar Meyer, Antonio Vecchiato e Nicolau Marrach. Sentados: Armando Chepis, Casemiro Cerri, Augusto Schmidt Filho, Arlindo Ungaretti e João Timoni.

Fonte: Acervo do Arquivo Público e histórico de Rio Claro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de imigração no cenário internacional, a Itália se destaca como o país que apresentou um dos maiores fluxos imigratórios no século XIX e XX, com muitos milhões de italianos se deslocando em direção aos países da Europa, Estados Unidos, Argentina e Brasil principalmente.

Para o Brasil a chegada desses imigrantes representou para a economia, principalmente para os fazendeiros de café do interior de São Paulo e conseqüentemente Rio Claro a grande salvação para a mão de obra que ficava escassa com a proibição do tráfico negreiro em 1850 e Abolição da escravidão em 1888.

Para o imigrante representava o sonho de enriquecer em terras novas e melhorar as condições terríveis que a maioria vivia na Itália. Com a imigração subvencionada do governo brasileiro que financiava a viagem, milhares de Italianos e suas famílias se submetiam ao sistema de Colonato, imposto pelos fazendeiros paulistas a fim de explorarem a mão de obra a custos muito baixos, pois o sistema na era assalariado, a remuneração era de acordo com a produção.

Muitos trabalharam no campo, alguns viraram proprietários de terra e outros foram para a cidade, trabalhar no comércio, na indústria, de profissionais liberais, etc. Rio Claro já possuía uma infraestrutura advinda da riqueza do café, antes da grande imigração, com uma área urbana desenvolvida e com vários profissionais trabalhando em diversos setores. A chegada da ferrovia e dos imigrantes acelerou o processo de crescimento e desenvolvimento da cidade, ampliando o mercado consumidor e a oferta de mão de obra.

A quantidade de imigrantes e descendentes que deixaram sua contribuição nos diversos setores da economia, da cultura, medicina, assistência social, esportes, lazer, política, gastronomia, ensino e da igreja católica, nas décadas de 1870 a 1950 é enorme. Precisáramos a partir deste estudo ampliar e detalhar os inúmeros feitos desse povo que não desistiu de seus objetivos e ideais. Troppmair resume:

A expressão “italianos em Rio Claro” traduz um grande número de imigrantes e, se não citamos nominalmente, é pelo receio de omitir algum nome. O importante é que eles tiveram atuação marcante nesta cidade e fundaram indústrias, casas comerciais, construíram casas, trabalharam em estradas de ferro, calçaram ruas. Muitos se dedicaram a ofícios, como sapateiros, alfaiates, folheiros, etc, outros ao artesanato. Representantes de profissões liberais cooperaram com os rio-clarenses no desenvolvimento de tudo que uma sociedade necessita para seu conforto [...] (TROPPMAIR, 2008, p. 71-72).

A fusão entre o café, a imigração e a ferrovia resultou em um grande desenvolvimento social e econômico que transformou o estado de São Paulo e Rio Claro e região. A riqueza advinda do café foi a base para a expansão urbana e industrial, e o enriquecimento de muitos fazendeiros que mantiveram o sistema de grande propriedade. A ferrovia veio somar e ser motor de aceleração e modernização da nossa indústria, que combinada ao conhecimento técnico e industrial de muitos imigrantes italianos, contribuíram para o desenvolvimento de pequenas, medias e grandes empresas da época.

A diversificação de setores em que os imigrantes italianos atuavam, mostra a capacidade de transformar e agregar valor à cidade. Seja na agricultura com o café, no comércio ou na indústria, eles influenciaram de maneira marcante as cidades que receberam grande número de imigrantes, na qual são inúmeras, como por exemplo: São Paulo, Campinas, Limeira, Piracicaba, Ribeirão Preto, Rio Claro, etc. Nas entrevistas realizadas com os descendentes dos imigrantes italianos pudemos avaliar através dos relatos, como eles eram pessoas dinâmicas, determinadas e com objetivos concretos. Se adaptaram as condições econômicas oferecidas na época, as diversas atividades em que se inseriam, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico e cultural da cidade. As contribuições e influências estão em muitos setores da nossa sociedade rio-clarense nos dias atuais. Em muitos lugares da cidade nos deparamos com a herança cultural deixada pela imigração. A presença das famílias italianas na sociedade paulista foi e ainda é muito forte, se apresentando em algumas cidades como Rio Claro uma territorialidade que preserva inúmeras características dessa imigração.

REFERÊNCIAS

BASSANEZI, M. S. C. B. **Imigração e oportunidades de trabalho no Período Cafeeiro**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992. (Textos do Núcleo de Estudos de População, 21).

BASSANEZI, M. S. C. B. **Família e força de trabalho no colonato: subsídios para a compreensão de dinâmica demográfica no período cafeeiro**. Campinas: NEPO: UNICAMP, 1986. (Textos NEPO, 8).

CALSANI, R. A. **O imigrante italiano nos corredores dos cafezais: cotidiano econômico na alta mogiana (1887-1914)**. 2010. 113 f. Dissertação, Mestre em História. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista – Franca, 2010. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/rodrigo-a-calsani.pdf>>.

Acesso em 5 abr.2016.

CRIONI, A. G. O. **Patrimônio cultural e identidade territorial: estudo do bairro de cascalho - Cordeirópolis-SP**. 2012. 138 f. Dissertação, Mestre em Geografia. Programa de Pós - Graduação em Geografia. Universidade estadual Paulista, Rio Claro, 2012.

CENNI, F. **Italianos no Brasil**. São Paulo: Livraria Martins Editora, [19-]. 441 p.

CHRISTOFOLETTI, M. **Paróquia de Santa Cruz Rio Claro – SP: Sua Igreja, seu povo, sua história**. Rio Claro. Arquivo do Município de Rio Claro, 1992.

DAVATZ, T. **Memórias de um colono no Brasil (1850)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1980.

DEAN, W. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DINIZ, D. L. **Rio Claro e o café: desenvolvimento, apogeu e crise (1850-1900)**. 1973. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Rio Claro, 1973.

FITIPALDI, F. C. **Os 75 anos do Velo Clube Rio Clareense**. Rio Claro, 1985. Arquivo do município de Rio Claro.

FENELON, D. R. - **E. P. Thompson - História e Política.** História e Perspectivas, Uberlândia (1): 33-53, jan./jun. 2014.

GARCIA, L. B. R. **Rio Claro e as oficinas da companhia paulista de estrada de ferro: Trabalho e vida operária – 1930 – 1940.** 1992. 235f. Tese Doutorado. Instituto de Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 1992. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/GarciaLilianaBuenodosReis%20(4).pdf>.

Acesso em: 10 nov. de 2015.

GOUVÊIA, F. M. **Os imigrantes alemães em Rio Claro: estratégias de sobrevivência e redes de sociabilidades nos séculos XIX e XX.** 2011 113 f. Dissertação. Mestre em História. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. UNESP – Franca. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93184/gouvea_fm_me_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15. Mai. 2016.

GOMES, A. C. **Imigrantes Italianos: entre a italianité e a brasilidade.** In: VAINS, Ronaldo (Org.). Brasil 500 anos de povoamento: Rio De Janeiro: IBGE 2007, p. 161-177.

HOGAN, D. J. **Café, ferrovia e população: o processo de urbanização de Rio Claro.** NEPO/UNICAMP. Campinas, 1986.

HUTTER, L. M. **Imigração Italiana: Aspectos gerais do processo migratório.** São Paulo. 1987. Disponível em: <<http://200.144.255.123/Imagens/Revista/REV027/Media/REV27-05.pdf>>.

Acesso em: 13 ago.2016.

KRETTLIS, C. L. **Almanak do Rio Claro.** Rio Claro: Typografia Conrado, 1906.

IANNI, C. Homens sem paz: Os conflitos e os bastidores da emigração italiana. 1963. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

IBGE. **Território brasileiro e povoamento, italianos.** Disponível em: <http://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/italianos.html>

LAMOUNIER, M. L. **Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879.** Campinas, SP: Papirus, 1988.

MACHADO, H. M. F. **A construção da história da associação vinculada ao desenvolvimento de Rio Claro.** In: CAMPOS, M. T. A. (Org.). ACIRC, 90 anos de história: Associação Comercial e Industrial de Rio Claro - SP: Rio Claro: Divisa Editora & Artes Gráficas, 2012, p. 19-73.

MARTINS, H. H. T. S. **Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.30, n.2, p. 287-298, maio/ago. 2004.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 9. ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MARQUES, Vivian Guilherme et al. **Arte cultura em Rio Claro** In: CAMPOS, M. T. A. (Org.). ACIRC, 90 anos de história: Associação Comercial e Industrial de Rio Claro - SP: Rio Claro: Divisa Editora & Artes Gráficas, 2012, p. 201-285.

MARRACH, S. A. A. Rio Claro: Ferrovias, Ferroviários. In: HENRIQUES, A. B.; CAMPOS, M.T.A.; LUZ, M.J.H.M.(Org.). Trilhos e eucaliptos: a ferrovia e a floresta em Rio Claro. Rio Claro: Phábrica de Produções, 2015, p. 12-27.

MEIHY, J.C.S.B. **Definindo história oral e memória**. São Paulo, 1994. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cerusp/article/view/83299/86330>>. Acesso em 15 mai. 2016.

MOLINA, T. C. (Org.). **Almanak de São João do Rio Claro para 1873**. Campinas: José Maria Lisboa: Typografia da Gazeta de Campinas, 1972; São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 1981.

NEVES, C. **Almanach de Rio Claro**. São Paulo: Typografia da Gazeta, 1895.

ORTIGOZA, S. A. G. **Comércio e indústria em Rio Claro: Formação histórica, características, atores e potencialidades - Passado, presente e futuro**. In: CAMPOS, M. T. A. (Org.). ACIRC, 90 anos de história: Associação Comercial e Industrial de Rio Claro - SP: Rio Claro: Divisa Editora & Artes Gráficas, 2012, p. 75-124.

PIGNATARO, L. C. **Imigrantes italianos em Rio Claro e seus descendentes - I**: Castellano, Giorgio, Piccoli, Zanardi. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico, 1982.

PIGNATARO, L. C. **Imigrantes italianos em Rio Claro e seus descendentes - 2**: Fittipaldi, Scarpa, Fina, Codo, Venturoli, Gardenal, Santomauro, Pignataro. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico, 1982.

PIGNATARO, L. C. **Imigrantes italianos em Rio Claro e seus descendentes - 3**: Botti, Cassavia, Padula, Timoni, Cerri, Coli, Muccillo, D'Aquino. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico, 1984.

PIGNATARO, L. C. **Imigrantes italianos em Rio Claro e seus descendentes - 4**: Benetti, Monaco, Pilla, Sciarra, Vecchiatto. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico, 1988.

RAYA, L. C. **Arthur Bilac, centenário de nascimento**. Rio Claro.1987. Disponível em: <<http://www.aphrioclaro.sp.gov.br/site/wp-content/uploads/2016/03/22-Arthur-Bilac.-Centen%C3%A1rio-de-Nascimento.pdf>>. Acesso em 25 set. 2016.

RIO CLARO. **Revista do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro** | Junho de 2010. Nº 5. Disponível em: <<http://www.aphrioclaro.sp.gov.br/site/wp-content/uploads/2016/06/Revista-n%C2%BA5-Junho-2010-1.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

RIO CLARO. **Revista do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro** / Outubro de 2010. Nº 6. Disponível em: <http://www.aphrioclaro.sp.gov.br/site/wp-content/uploads/2016/06/Revista-n%C2%BA6-Outubro-2010.pdf>. Acesso em 14 ago.de 2016

SANTOS, F. A. São João Batista do Rio Claro e a chegada da ferrovia. In: HENRIQUES, A. B.; CAMPOS, M.T.A.; LUZ, M.J.H.M.(Org.). Trilhos e eucaliptos: a ferrovia e a floresta em Rio Claro. Rio Claro: Phábrica de Produções, 2015. p. 28-51.

_____. **Rio Claro: uma cidade em transformação, 1850-1906**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 204 p, 2002.

SENEDA, A. J. **Memórias da Fazenda Angélica: origem, personagens, descendentes**. Rio Claro: M.C. - Editora e artes gráficas Ltda. 144 p, 2004.

TONINI, M. D. **Ferrovia e futebol: o caso da companhia paulista de estradas de ferro na cidade de rio claro, 1870-1930**. 2006. 75 f. Trabalho de conclusão de curso - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade estadual Paulista, Araraquara, 2006. Disponível em: <[http://www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/160135_Tonini%20\(TCC\)%20-%20Ferrovia%20e%20futebol.pdf](http://www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/160135_Tonini%20(TCC)%20-%20Ferrovia%20e%20futebol.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2016.

TROPMAIR, H. **Rio Claro - Ontem e Hoje**. Rio Claro: Editora Tribuna 2000 S/c Ltda. 2008.

TROPPEMAIR, H. **Aspectos históricos e geográficos de Rio Claro**. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado”, 1993.

VISITE RIO CLARO.COM.BR. **Entrega do Anjo da Concórdia**. Rio Claro Disponível em:
<<http://www.visiterioclaro.com.br/interna.php?idm=10&coract=1&mat=280>>.
Acesso em 18.jul.2016.

ANEXO I: TERMO DE ANUÊNCIA PRÉVIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO

TERMO DE ANUÊNCIA PRÉVIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO

Pesquisador: Adriano Carlos Meirelles
UNESP – IGCE – DEPLAN– Curso de Geografia
Avenida 24A, 1515- Bela Vista, Rio Claro-SP
E-mail: babu.adriano@hotmail.com
Telefone: (19) 996546786

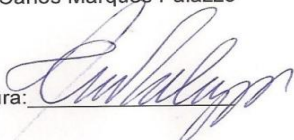
Pelo presente termo, atestamos que estamos cientes e que concordamos com a realização do estudo acima proposto; além disso, foi garantido nosso direito de recusar a entrevista após esclarecimento do pesquisador.

Rio Claro-SP

05/09/2016

Antonio Carlos Marques Palazzo

Assinatura:



CPF: 017 311 628-04

TERMO DE ANUÊNCIA PRÉVIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO

Pesquisador: Adriano Carlos Meirelles
UNESP – IGCE – DEPLAN– Curso de Geografia
Avenida 24A, 1515- Bela Vista, Rio Claro-SP
E-mail: babu.adriano@hotmail.com
Telefone: (19) 996546786

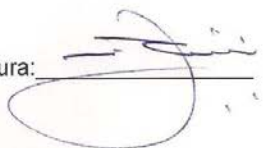
Pelo presente termo, atestamos que estamos cientes e que concordamos com a realização do estudo acima proposto; além disso, foi garantido nosso direito de recusar a entrevista após esclarecimento do pesquisador.

Rio Claro-SP

13/09/2016

Sergio Luiz Timoni Rodini

Assinatura:



CPF: 717.215.688-91

TERMO DE ANUÊNCIA PRÉVIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO

Pesquisador: Adriano Carlos Meirelles
UNESP – IGCE – DEPLAN– Curso de Geografia
Avenida 24A, 1515- Bela Vista, Rio Claro-SP
E-mail: babu.adriano@hotmail.com
Telefone: (19) 996546786

Pelo presente termo, atestamos que estamos cientes e que concordamos com a realização do estudo acima proposto; além disso, foi garantido nosso direito de recusar a entrevista após esclarecimento do pesquisador.

Rio Claro-SP

25/09/2016

Valdir Pavan

Assinatura



CPF:

717009008-20

**A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE
RIO CLARO-SP: ECONOMIA E CULTURA**

(1870-1950)

Adriano Carlos Meirelles - Graduando

Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro - Orientadora